



Presidente p.2

O futuro do país depende das nossas escolhas



PSD p.22

PSD confia em mais emprego de qualidade

POVO LIVRE



nº 1887

2 de Setembro de 2015

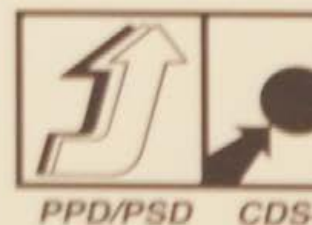
Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

TRABALHO E INCONFORMISMO

Festa do Pontal de 2015



PORTUGAL
À FRENTE



Apresentação do programa eleitoral

O futuro do país depende das nossas escolhas



O PSD e o CDS-PP estão a lutar por Abril e pela liberdade mais do que se fez em muitos anos. E toda a acção pela liberdade se deve “à vontade dos portugueses”, começou por destacar Pedro Passos Coelho, na cerimónia de apresentação do programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP, num hotel no Parque das Nações, em Lisboa, dia 29 de Julho. Depois de afirmar que “quem resolve o passado é, de facto, quem tem a chave do futuro”, o presidente do PSD referiu-se ao PS da seguinte forma: “Do outro lado temos uma proposta que nos dá mais do mesmo do que nós já conhecemos do passado, nem o cuidado tiveram de mudar as caras mais responsáveis por essas políticas do passado”.

No início do seu discurso, Passos Coelho apontou o PS como o partido “que trouxe a ‘troika’” e PSD e CDS-PP como aqueles a quem os portugueses deram “a oportunidade de salvar Portugal da bancarrota”. Em seguida, dirigiu-se em especial aos eleitores que mudaram o seu voto em 2011, dando a sua confiança à actual maioria. “Nós soubemos que os portugueses puderam corrigir politicamente a sua escolha nas eleições de 2011, mas é importante que em 2015 se confirme que a escolha que foi feita também não foi apenas um acaso”, apelou.

O presidente do PSD defendeu que Portugal precisa de manter “uma linha determinada, convicta, que sabe o que quer para o país, e não apenas o resultado da presença da ‘troika’”, e não pode dar “um passo à frente para dar dois passos atrás”. Numa alusão ao PS, acrescentou: “Aqueles que teimam em não aprender com o passado, aqueles que se obstinam a propor ao país mais do mesmo que o país conheceu, esses evidentemente estão condenados a repetir os mesmos erros, mas não podem condenar o país a passar pelo mesmo sofrimento e pelo mesmo esforço”.

O Primeiro-Ministro pediu também a confiança dos portugueses que não votaram no PSD e no CDS-PP há quatro anos, mas que a meio desta legislatura passaram



a considerar que o futuro do país dependia do futuro do actual Governo. “Voltámos a estar nessa circunstância, o futuro do país dependerá das escolhas nas próximas eleições, e mais uma vez o destino de ambos estará ligado”, disse-lhes. “Nós confiamos nos portugueses e sabemos que o que se passou até hoje não foi uma excepção ditada pelo resgate externo, foi o princípio de uma mudança importante que há muitos anos ambicionávamos por Portugal, que em mais de 40 anos de democracia não tínhamos conseguido realizar”, concluiu.

Mais Estado social e mais liberdade de escolha

Pedro Passos Coelho alegou também que a coligação conseguiu “defender o Estado social do socialismo” e agora oferece aos portugueses “mais Estado social” e “mais liberdade de escolha”. E apontou a proposta de “um Programa de Desenvolvimento Social que combate as desigualdades e que permite, no plano económico, mas também no pla-

no social e político, a todos uma verdadeira igualdade de oportunidades”. Por outro lado, o líder social-democrata assegurou um “processo de reforma do Estado”, afirmando: “Será feito com a mesma credibilidade de quem não teve hesitação em pôr em prática um programa que visava atacar as gorduras do Estado, porque as atacámos, dando o exemplo aos portugueses de que quando era necessário fazer sacrifícios devíamos começar pelas políticas públicas e pelo Estado, como fizemos”.

No seu discurso, Passos Coelho sustentou que os próximos quatro anos “serão anos melhores para Portugal” e considerou que haverá “melhores condições” para combater as desigualdades sociais. “Agora, temos de olhar para esses problemas, que são antigos, que estão enraizados, e dar-lhes uma luta sem quartel nos próximos quatro anos”, reiterou.

Referindo-se ao “Programa de Desenvolvimento Social” inscrito no programa eleitoral da coligação Portugal à Frente, o presidente do PSD afirmou: “Queremos também que em Portugal possamos dar uma esperança efectiva àqueles que vêm de origens mais humildes e que, ao fim de 41 anos de democracia, nem com a escola pública, nem com o Serviço Nacional de Saúde, nem com tantas políticas redistributivas conseguiram fugir à pobreza e à discriminação”. “Ao cabo destes quatro anos, nós temos de inverter esta situação”, reforçou.

O presidente do PSD pediu a confiança dos eleitores, invocando as políticas da actual legislatura: “Se conseguimos em quatro anos defender o Estado social livrando-o da bancarrota, se conseguimos que as prestações sociais, no essencial, fossem defendidas e que aqueles que são mais vulneráveis pudessem ser protegidos, imaginem como não poderemos nos próximos quatro anos levar mais longe a aposta na educação, a aposta no conhecimento, a aposta na saúde, a aposta no social”. “Nestes quatro anos, fomos nós que mostrámos que podíamos defender o Estado social do socialismo. Nos próximos quatro anos poderemos devolver mais Estado social, mais liberdade de escolha e, portanto, mais liberdade a todos, afirmando uma política responsável e segura”, acrescentou.

Paulo Portas distingue plafonamento moderado na Segurança Social

O presidente do CDS-PP distinguiu a opção da coligação de plafonamento das contribuições para a Segurança Social do radicalismo da proposta socialista, na apresentação do programa eleitoral. Com a garantia de que “Agora Portugal Pode Mais” - palavras projectadas em grandes dimensões nas suas costas -, Paulo Portas defendeu que as ideias do PS podem vir a causar “um problema abrupto e radical nas atuais contribuições” e, conseqüentemente, “um problema

não confessado no pagamento das atuais pensões”.

“Há moderação no programa da coligação, que contrasta com o radicalismo de certas soluções que já conhecemos por parte do maior partido da oposição”, afirmou, referindo-se à baixa na Taxa Social Única (TSU) para os trabalhadores proposta pelos socialistas quando comparada com o plafonamento para gerações mais jovens avançado no programa da coligação.

Antes, Paulo Portas sublinhou que o país tem agora “menos activos para financiar mais pensões, felizmente, por mais anos porque a esperança de vida aumentou”, frisando que “a proposta do PSD/CDS é moderada e é centrada”. “O PS quer, na prática, um plafonamento obrigatório. Nós seguimos o caminho de uma limitação contributiva voluntária. O PS muda completamente as regras dos atuais trabalhadores. Nós queremos dar um importante sinal para o futuro. O PS não admite qualquer liberdade de escolha. Nós achamos que o trabalhador tem direito a fazer opções sobre as suas poupanças e programação de velhice. O PS causa um enorme problema à sustentabilidade. Nós evitamos que esse problema aconteça”, declarou Portas.

Nos mesmos tons laranja e azul, o ecrã gigante atrás de Portas reproduzira vários compromissos: “Crescimento Económico e Emprego”, “Acesso à Saúde”, “Combate às Desigualdades”, “Qualidade na Educação” e “Equilíbrio Demográfico”. O vice-Primeiro-Ministro louvou “o caminho

que o país fez, o ganho que já conquistou e o futuro que tem nas mãos”, incitando as centenas de pessoas presentes na cerimónia: mãos à obra, vamos ganhar!”.

Descentralização nas áreas sociais

A delegação de competências para as autarquias na educação, saúde e acção social deve servir para uma definitiva “descentralização nestas funções sociais”, defende o programa eleitoral da coligação. Segundo o programa, nos últimos quatro anos “foi dado um forte impulso ao processo de descentralização”, quer através da transferência para os municípios e entidades intermunicipais da gestão do serviço público de transportes de passageiros, quer pelos projectos-piloto de delegação de competências nas áreas da educação, saúde, cultura e segurança social. “Em especial nas áreas da educação, saúde e acção social, deverão ser avaliados os referidos projectos-piloto e, em função dos resultados dessa avaliação e do diálogo com os municípios e entidades intermunicipais, aperfeiçoar esse processo e alargá-lo a todo o território continental”, propõe a coligação.

O programa do PSD e do CDS-PP acrescenta que deve ser equacionada “a generalização da descentralização nestas funções sociais através de uma transferência legal universal e definitiva das competências”.



A descentralização de competências, além de assegurar “o ganho de eficiência na gestão pública”, deve ser “acompanhada da transferência para as autarquias dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências descentralizadas”, salienta o documento.

A coligação dos partidos do Governo defende ainda que a descentralização deve ser alargada “a outras áreas da administração pública, como a gestão florestal, a protecção civil, a gestão do litoral e zonas ribeirinhas e os serviços de medicina veterinária”.

A reorganização dos serviços de atendimento da administração pública, através do programa Aproximar, já adoptado à experiência em quatro comunidades intermunicipais, envolvendo 41 municípios, também deve ser generalizado a todo o território nacional.

Nesse sentido, a coligação promete prosseguir com o alargamento da rede de lojas do cidadão e do atendimento digital nos espaços do cidadão – que deve totalizar 1.000 espaços em Março de 2016 –, e promover as “carrinhas do cidadão” e do “transporte porta a porta”, para servir as populações dos territórios de baixa densidade populacional.

A partilha de serviços deve ser incentivada no âmbito

das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, mas a coligação propõe que se potencie “o processo de reforma dos municípios, estimulado por um quadro de vantagens institucionais que permita, numa base sempre voluntária, a sua agregação”.

“A reorientação da gestão autárquica para o desenvolvimento económico e social local, incentivando positivamente a melhoria dos índices de desenvolvimento, de competitividade, de investimento, de riqueza e de emprego”, é reiterada no programa da actual maioria governativa, que quer “prosseguir a racionalização das empresas municipais”.

O programa prevê, no cumprimento da Lei de Finanças Locais e do acordo entre o Governo e os municípios, “o IMT [Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis] deverá ser eliminado de forma gradual até 2019, sendo substituído parcialmente (em 50%) por uma tributação em sede de imposto do selo”.

A coligação liderada por Passos Coelho e Paulo Portas admite ainda que os investimentos e recursos do programa de fundos comunitários Portugal 2020 seja alinhado “com a estratégia de sustentabilidade das cidades”, promovendo a gestão eficiente dos aglomerados urbanos e dos espaços envolventes”.

A definição do estatuto dos territórios de baixa densidade e de muito baixa densidade deverá ser articulada com a criação de um Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), para garantir “uma maior coordenação das intervenções dos diferentes atores, públicos e privados, nacionais, regionais, intermunicipais e locais”, lê-se no programa.

Redução progressiva dos cortes salariais até 2019

A coligação mantém a intenção de reduzir em 20 por cento ao ano os cortes salariais na Função Pública até 2019, conforme já tinha sido definido pelo Governo no Programa de Estabilidade em Abril. No programa eleitoral, os dois

partidos mantêm a intenção de, caso vençam um segundo mandato nas eleições legislativas de 4 de Outubro, reverter gradualmente, em 20 por cento ao ano, a redução remuneratória aplicável aos trabalhadores do sector público com salários superiores a 1.500 euros mensais, “por forma a atingir a recuperação integral no ano de 2019”.

PSD e CDS-PP admitem também acelerar o ritmo de reversão, “mediante disponibilidade orçamental”, uma possibilidade que já tinha sido admitida também pela ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque (que é cabeça de lista pela coligação no distrito de Setúbal), e na ‘Carta de Garantias’ que os dois partidos apresentaram no início de Junho.

A coligação prevê também concluir o processo relativo à Tabela Única de Suplementos pagos a funcionários da Administração Pública. Em causa estão um total de cerca de 700 milhões de euros que o Estado distribui anualmente, divididos por mais de 200 justificações diversas, conforme as funções exercidas.

Esta medida já estava prevista para esta legislatura, mas o Governo PSD/CDS-PP entendeu adiar para a próxima legislatura, considerando que esta decisão não atrasa o processo, uma vez que o que está previsto é a nova tabela entrar em vigor a 01 de Janeiro de 2016.

A intenção do executivo da maioria PSD/CDS-PP é “racionalizar e uniformizar” aquelas formas de pagamento, pondo fim a algumas e fundindo diversas outras.

Reorganização dos tribunais superiores e conselho único para juizes

A Coligação Portugal à Frente propõe, na área da Justiça, reorganizar os tribunais superiores e criar um Conselho Superior do Poder Judicial, em substituição dos atuais Conselho Superior da Magistratura e Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. O programa eleitoral prevê a reorganização dos tribunais superiores, incluindo

do Supremo Tribunal de Justiça, redimensionando-os em função do aumento do recurso aos meios de resolução extrajudicial de conflitos que foram entretanto especificamente consagrados na Lei da Organização do Sistema Judiciário.

Quanto à criação, a prazo, de um único órgão de gestão e disciplina dos juizes - o Conselho Superior do Poder Judicial - a coligação justifica esta intenção com a necessidade de reforçar a coerência e o escrutínio público do sector. “Promoveremos igualmente a publicação do relatório semestral sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta, a cargo dos presidentes dos Tribunais de Comarca”, consta do programa.

A consolidação da execução dos planos de combate à corrupção, ao branqueamento de capitais e à criminalidade organizada e o reforço dos instrumentos adequados e necessários aos objectivos estabelecidos é outra das promessas da coligação, que anuncia ainda o desenvolvimento dos manuais de boas práticas, para assegurar a transparência, rigor e previsibilidade na actuação dos titulares de órgãos e cargos políticos ou públicos, assim como na administração pública. “Dentro destas boas práticas deve-se criar as condições para que possa ser publicado um Relatório Anual da actividade disciplinar dos Conselhos Superiores”, adianta o programa eleitoral.

Procurando “uma justiça mais célere, ágil e mais próxima do cidadão”, a coligação promete fazer a monitorização das reformas introduzidas e continuar a aprofundar as condições de acesso à informação pelos cidadãos, relativamente ao andamento processual na perspectiva do utente.

Reorganização do mapa notarial, aprovação do Estatuto dos Magistrados Judiciais e dos Magistrados do Ministério Público, simplificação e harmonização legislativa, aproximação do Código de Procedimento e de Processo Tributário ao Código de Processo Civil são outras linhas de força do programa.

Aprofundar a revisão do regime de acesso ao direito, a revisão do regime de responsabilidade dos administradores das sociedades e do regime das responsabilidades das





auditoras, de revisores e de técnicos oficiais de contas (ROC e TOC) e a promoção de um regime de incompatibilidades dos auditores são outros pontos importantes da proposta de programa.

A ampliação dos estabelecimentos prisionais (alguns deles sobrelotados), a reabilitação e reinserção dos reclusos, a formação de todos os operadores judiciários e a revitalização do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) são outras das promessas feitas pela coligação.

Abertura ao voto preferencial

No que respeita ao sistema político, é recuperada a proposta de “abertura ao chamado voto preferencial”, que permite aos cidadãos, para além de votarem numa força política, especificarem quais os candidatos que pretendem eleger. PSD e CDS-PP preconizam ainda “projectos-piloto de voto electrónico e voto em mobilidade”.

No âmbito da reforma do Estado, está prevista a “centralização” de recursos humanos, pagamentos, logística, compras e património nas secretarias-gerais de cada ministério. Para melhorar a prestação de serviços públicos, é prometida “uma Loja do Cidadão por concelho”.

Por outro lado, PSD e CDS-PP comprometem-se a criar um “regime de ‘fast track’ para empresas de elevado crescimento”, com burocracia reduzida.

No sector da saúde, remetem para 2017 o objectivo de atribuir “um médico de família a todos os portugueses”, e falam na “devolução dos hospitais às misericórdias”, em “reforçar a livre escolha no âmbito do Serviço Nacional de Saúde” e no “aprofundamento do papel do enfermeiro de família”.

Quanto à educação, defendem a manutenção do actual sistema de avaliação no final de cada ciclo de ensino e um reforço de autonomia das escolas, admitem escolas do sistema público geridas de forma independente e assumem a meta de, até 2020, ter “50 por cento dos jovens com frequência universitária e 40 por cento de diplomados”.



PSD e CDS-PP propõem-se incentivar a contratação de desempregados de longa duração e de jovens através de “isenção das contribuições” para a Segurança Social, com “discriminação positiva para os territórios de baixa densidade”.

Contratação de mil recém-licenciados ao ano para o Estado

O programa eleitoral estipula que o Estado venha a contratar, pelo menos, 1.000 recém-licenciados todos os anos de forma a valorizar os recursos humanos da Administração Pública. “Com base na demonstração da redução efectiva de pessoal, pode ser equacionado um programa de recrutamento selectivo para funções qualificadas de, pelo menos, 1.000 recém-licenciados por ano (através de concurso centralizado a conduzir pelo INA [Instituto Nacional de Administração]), lê-se no documento.

No programa eleitoral, a coligação defende que a Administração Pública “registou um ritmo consistente de

redução de efectivos nos últimos quatro anos” e que esta situação “não levou (...) a que fosse posto em causa o cumprimento, com qualidade, das suas funções”.

Por outro lado, defende que “a mobilidade interna de trabalhadores foi substancialmente aumentada, levando a que muitos serviços tenham visto as suas necessidades satisfeitas através de uma melhor redistribuição dos recursos humanos dentro da própria Administração”.

Ainda assim, a coligação defende agora que este processo deverá ser “complementado nos próximos anos por uma renovação progressiva de quadros.”

Criação de centros científicos no interior ligados a empresas

O programa eleitoral da coligação propõe igualmente a criação de centros de investigação nas regiões do interior do país, ligados a empresas, e uma reforma do regime de emprego científico e tecnológico. No item “Reforçar a apos-



ta na ciência, na tecnologia e na inovação”, o documento apresenta, como “linhas estratégicas”, um programa que gere unidades de investigação e desenvolvimento “de excelência” nas regiões do interior de “baixa densidade populacional”, com “forte ligação” às empresas.

De acordo com o programa eleitoral da coligação Portugal à Frente, o centro científico de excelência “deverá ser reconhecido internacionalmente, ter forte potencial inovador e de geração de emprego qualificado”, para que se torne “num polo atrator de talento a nível nacional e internacional”.

O PSD e o CDS-PP justificam esta proposta com a redução das “assimetrias regionais nas capacidades de investigação e desenvolvimento”.

A coligação sugere uma reforma do regime do emprego científico e tecnológico para “estimular uma maior competitividade internacional do sistema de ciência e tecnologia” nacional.

A reforma do regime do emprego científico estava consubstanciada na revisão do estatuto da carreira de investigação científica, prometida para o fim de 2014, mas que o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, remeteu na terça-feira, em declarações aos jornalistas, para “o próximo Governo”.

Do programa eleitoral do PSD e do CDS-PP consta a reforma da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), agência nacional, sob tutela do Ministério da Educação e Ciência, que subsidia a investigação, no sentido de a tornar uma instituição “verdadeiramente independente, com autonomia administrativa, organizativa e financeira”, com financiamento plurianual.

A medida é uma das recomendações apontadas por uma comissão de peritos internacionais, na avaliação que fez ao desempenho da FCT, a pedido da tutela, e cujo relatório final foi apresentado na terça-feira.

As “linhas estratégicas” da coligação Portugal à Frente para a ciência incluem o lançamento de novos concursos para programas e bolsas de doutoramento em empresas



e o reforço da internacionalização do sistema científico e tecnológico, através de iniciativas europeias e de novos programas de cooperação, nomeadamente com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O documento acrescenta à lista de propostas a abertura de concursos internacionais anuais que visem “continuar a estimular a permanência em Portugal e a atracção de investigadores internacionalmente competitivos” e o incentivo à investigação fundamental e aplicada, “privilegiando a atribuição de fundos públicos aos melhores investigadores e às melhores instituições do país”.

O PSD e o CDS-PP justificam as “linhas estratégicas” com o “consolidar de uma senda de progresso” na ciência e com a aplicação de “novas medidas que permitam otimizar os fundos comunitários para investigação e desenvolvimento negociados com a Comissão Europeia”.

ADSE para mais trabalhadores

O alargamento da ADSE a outros trabalhadores, como os que laboram em regime de Contrato Individual de Trabalho (CIT) para o Estado, e o financiamento das unidades de saúde, consoante os resultados, são propostas da coligação. Os

dois partidos pretendem “reconfigurar o modelo de governação da ADSE [o subsistema dos trabalhadores da Função Pública], atribuindo-lhe crescente autonomia, alargando o seu âmbito a outros trabalhadores, designadamente aos [que estão] em regime de contrato individual de trabalho na Administração Pública, com regras que preservem a sua sustentabilidade”.

Em termos gerais, a coligação elege como objectivo “fundamental para a próxima legislatura” a continuação na aposta no Serviço Nacional de Saúde (SNS), “garantindo-lhe sustentabilidade, competitividade e excelência e aprofundado as condições de exercício da liberdade de escolha”.

Para tal, a coligação considera “essencial” a assunção de um “conjunto de compromissos”, que passam ainda pela promoção de “um novo modelo de financiamento das unidades de saúde, baseado na avaliação qualitativa”.

Este novo modelo deverá “privilegiar um financiamento por resultados e não exclusivamente por actos”, lê-se no programa eleitoral.

A coligação quer a alargar “a remuneração por objectivos, já existente nas Unidades de Saúde Familiar (USF),

a outros sectores da saúde” e “garantir maior autonomia aos hospitais com resultados financeiros equilibrados”.

O princípio da livre escolha e a criação de “um sistema de incentivos, direccionado a premiar os melhores desempenhos”, faz parte do programa da coligação, que preconiza também “o incremento da relação de parceria com a rede de farmácias, na promoção de saúde, no rastreio da doença e no acompanhamento da doença crónica”.

Deste programa eleitoral consta ainda a aprovação “de medidas de regulação sobre os menus escolares e sobre a disponibilização de alimentos e bebidas nos estabelecimentos da administração pública em geral”.

A coligação propõe-se ainda “garantir que cada por-

incentivos às autarquias para garantir cobertura total.

Uma das medidas propostas pela coligação para a infância passará por “promover um sistema de incentivos aos municípios, com taxas mais baixas de cobertura do pré-escolar, com vista a aumentar a oferta e a garantir a total cobertura de creches e jardins de infância”.

Para aumentar o número de famílias carenciadas abrangidas pelo acesso ao pré-escolar propõe-se também “aumentar o número de contratos de desenvolvimento, por via da revisão e simplificação dos escalões de capitação”.

No combate ao abandono e insucesso escolar a coligação pretende lançar um Plano Nacional e reforçar a autonomia das escolas na definição das medidas a adoptar

para esse fim. Tendo em vista aumentar o sucesso escolar, PSD e CDS-PP querem aumentar o número de escolas com contratos de autonomia, dando-lhes maior liberdade na gestão de turmas, currículos e contratação de professores.

Assume-se ainda, como objectivo, “a reorganização dos ciclos de ensino, de forma a eliminar a excessiva segmentação potenciadora do insucesso escolar”.

A coligação quer ainda substituir, progressivamente, os manuais escolares em papel por conteúdos em suporte digital.

Em matéria de exames, PSD e CDS-PP não pretendem introduzir alterações na próxima legislatura se forem eleitos Governo: a prova de avaliação dos professores mantém-se, assim como as provas finais em cada ciclo de ensino e os exames nacionais, e o exame de inglês da Universidade de Cambridge.

No ensino vocacional - uma aposta do ministério tutelado por Nuno Crato, actualmente disponível para os alunos do básico e do secundário - a coligação pretende “alargar a oferta a todas as regiões do país”, e introduzir uma diferenciação entre “prática em ambiente simulado de trabalho (prioritário para os alunos até aos 15 anos) e prática em contexto de trabalho (prioritário no ensino secundário e maiores de 16 anos)”.

PSD e CDS-PP insistem ainda na liberdade de escolha das famílias, prometendo reforçar a possibilidade de optar por um “projeto educativo que melhor sirva os interesses dos seus filhos”, propondo, para isso, “o alargamento da elegibilidade dos contratos simples de apoio à família a mais escolas e famílias”.

A coligação afirma também querer prosseguir “o desenvolvimento da política de contratos de associação”.

Na educação e formação de adultos, a coligação propõe-se reforçar a rede de centros de qualificação que substituiu os Novas Oportunidades, assim como “desenvolver progressivamente o ensino recorrente nas diferentes regiões do país, com ofertas equivalentes às do ensino



tuguês tenha um médico de família até final de 2017” e “concretizar soluções de redução das listas de espera e de melhoria da eficiência dos recursos disponíveis no que se refere a meios complementares de diagnóstico e consultas de especialidade, sendo possível a adopção de um modelo inspirado no Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgias (SIGIC)”.

Do programa consta ainda a intenção de “garantir a articulação eficaz entre os médicos de medicina geral e familiar e as outras especialidades médicas, em particular, com a mobilização de consultorias de especialidade como a psiquiatria, pediatria, cardiologia ou fisioterapia para os centros de saúde”.

Ao nível da política do medicamento, a coligação quer “atingir uma quota de genéricos de três quartos, em volume do mercado, de grupos homogéneos, até ao final da legislatura”.

A construção do Hospital Lisboa Oriental, “incorporando as unidades hospitalares e valências que lhe dão origem”, mantém-se como intenção destes dois partidos, que querem ainda “promover a reavaliação das prioridades na construção ou ampliação de hospitais, nomeadamente os do Funchal, Amadora/Sintra, Algarve, Évora, Península de Setúbal e Vila Nova de Gaia”.

A coligação propõe-se ainda “fazer um forte investimento na saúde digital, fomentando a utilização de ferramentas digitais a todos os níveis do sistema de saúde”.

Até ao final da legislatura, a coligação propõe-se “concluir o processo do Registo Clínico Electrónico”.

Incentivos às autarquias para garantir pré-escolar universal

A coligação quer educação pré-escolar universal, desde os quatro anos de idade, em 2016-2017, e alargá-la para os três anos até ao fim da próxima legislatura, prometendo



básico e secundário, oferecendo uma via para reingresso na educação e formação a todos os maiores de 18 anos que pretendam completar o 12.º ano, com possibilidade de prosseguimento de estudos”.

O programa eleitoral da coligação recupera ainda a ideia de “escolas independentes”, geridas por professores ou consórcios, que deveriam desenvolver-se “com base em concursos públicos e mediante a celebração de contratos-programa”.

No ensino superior, a coligação pretende concretizar um conjunto de medidas que não foram executadas na legislatura que agora termina: a reorganização da rede de ensino superior, “promovendo uma oferta mais racional e de maior qualidade” e promovendo a especialização das instituições em domínios de conhecimento em que sejam mais fortes; e a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

A reorganização da rede deverá também acontecer com base em estímulos no financiamento às instituições, que se pretende que adopte “um modelo plurianual” e que seja “estável e previsível”, ressaltando-se ainda que “apesar de se ter mantido o rácio docente/discente no período de correcção orçamental, o rejuvenescimento dos recursos humanos é uma questão a equacionar no binómio ensino/investigação”.

Revisão do modelo de vários organismos culturais

O programa eleitoral propõe, na área da Cultura, a revisão do modelo de diferentes organismos, como a Direcção-Geral das Artes.

No documento, PSD e CDS-PP defendem “a revisão do modelo de organização e funcionamento da Direcção-Geral das Artes, do Organismo de Produção Artística, do Instituto do Cinema e Audiovisual e da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema”.

A coligação liderada por Pedro Passos Coelho quer, nestas áreas, um “aumento das competências regionais no domínio do apoio às artes e da descentralização da gestão de equipamentos culturais do Estado”.

Também a “operacionalidade” do Conselho Nacional de Cultura, constituído por entidades da sociedade civil que aconselham o Governo, será revisto, segundo o documento.

A revisão da Lei do Mecenato, “no âmbito de um alargamento das possibilidades de financiamento à actividade cultural”, é outra das propostas da coligação PSD/CDS-PP.

A coligação quer também “a concretização da plena digitalização e interoperabilidade dos arquivos do Estado” e defende “a plena integração do Arquivo Histórico Ultramarino na Torre do Tombo e do Sistema Integrado do Património Arquitectónico, na Direcção-Geral do Património Cultural”.

Os sociais-democratas e centristas propõem “o desenvolvimento de redes intermunicipais de bibliotecas, com o apoio técnico da Administração Central e dos processos de constituição de redes digitais de leitura”.

A “articulação” da administração central do Estado com as autarquias é outra das propostas da coligação, “com vista à melhoria de procedimentos respeitantes a instrumentos urbanísticos e de salvaguarda”, defendendo “os sistemas de paisagem cultural urbana ou natural”.

PSD e CDS prometem também “a adopção de medidas que permitam a qualificação museológica e comunicacional do Estado, das autarquias e do património privado”.

Defendendo em vários pontos a Cultura como “valor de coesão e crescimento”, PSD e CDS-PP propõem a “transversalidade” e interacção entre Cultura e Educação, Cultura e Economia, Cultura e Turismo, e ainda com os territórios de baixa densidade populacional, e nos processos de internacionalização.

Este vector é traduzido, segundo o documento da coligação, “por via do estímulo ao desenvolvimento de

iniciativas de internacionalização das artes performativas e das artes visuais, de uma maior penetração da literatura e edições portuguesas nos circuitos internacionais, de um estímulo à produção e difusão de conteúdos televisivos em língua portuguesa, assim como através de um programa de internacionalização do cinema e do audiovisual português e da captação de produções externas”.

Na intercepção com a Educação, entre outras, PSD e CDS-PP querem o “desenvolvimento das escolas artísticas e das actividades artísticas em contexto escolar”.

Na área da “identidade e património comum”, entre outras medidas, a coligação Portugal à Frente propõe a “defesa das várias formas de manifestação do património móvel e imaterial e das tradições orais e da valorização” dos “museus e da Rede Portuguesa de Museus”, assim como a “melhoria do conhecimento” da “história militar e do progresso da sociedade civil” ao longo da História portuguesa.

Neste sentido, a coligação defende “um mapeamento actualizado do património em Portugal e do património português ou de influência portuguesa no mundo”.

PSD e CDS-PP propõem-se concretizar o estatuto do artista e a “elaboração de quadros estratégicos plurianuais para o apoio às artes, cinema e audiovisual e para os organismos de produção artística do Estado (teatros nacionais, ópera e bailado)”.

O chefe do Executivo fez uma intervenção de cerca de meia hora, tendo em fundo um cenário em tons azuis e laranja, com a frase “Agora Portugal pode mais”, numa sala cheia de apoiantes da coligação Portugal à Frente.

Na primeira fila da assistência, estava o presidente do CDS-PP e vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, que foi o primeiro a discursar nesta cerimónia. Ministros e dirigentes dos partidos da coligação como Assunção Cristas, Maria Luís Albuquerque, José Pedro Aguiar-Branco, Mota Soares também estiveram presentes, bem como a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves.



Portugal vai acolher mais de 1400 refugiados

O Primeiro-Ministro expressou que Portugal deverá acolher 1400 refugiados concentrados na Grécia e no sul de Itália. “O valor que tem estado em cima da mesa e que tem nesta altura a nossa concordância é pouco mais de 1400 [refugiados], mas seja como for, o nosso objectivo é encerrar esta discussão de forma a resolver o problema”, declarou o Primeiro-Ministro em Málaga (Espanha), onde esteve em visita ao destacamento nacional que participa na operação Indalo, da agência Frontex, instituição com a qual Portugal colabora desde 2011 em operações conjuntas no âmbito da detenção de fluxos migratórios ilegais no Mediterrâneo.

A 26 de Junho, no final do Conselho Europeu em Bruxelas, o Primeiro-Ministro tinha afirmado que Portugal preconiza um ajustamento dos critérios que indicam que o país deveria acolher 2.400 pessoas. O chefe do executi-

vo afirmou que “não é verdade que haja uma diminuição [do número de refugiados que Portugal deverá receber]. O que houve foi um trabalho feito na base voluntária entre todos os Estados para tentar atingir um volume global da União Europeia de recolocação e reinstalação de cerca de 50.000 imigrantes”.

Passos Coelho esclareceu ainda que não havia uma decisão quanto àquilo que representava o esforço que cada Estado membro iria fazer para efeitos de recolocação e reinstalação de imigrantes, mas antes uma intenção manifestada pela Comissão Europeia, que apontava para que Portugal pudesse acolher 2400 pessoas: “O que havia era uma intenção anunciada pela Comissão Europeia que mereceu logo, nomeadamente da minha parte e do Governo Português, uma observação pronta; a de que nós precisávamos de fazer mais, iríamos fazer

mais, para, solidariamente, receber imigrantes, mas que não o podíamos fazer dentro daquela indicação que tinha sido inicialmente proposta pela Comissão Europeia”.

Caso aceitasse a indicação da Comissão Europeia, isso significaria que, apesar das diferenças, quanto ao desemprego e ao volume de negócios do Produto Interno Bruto, Portugal ficaria “praticamente ao mesmo nível da Holanda” que, segundo Passos Coelho “tem condições muito diferentes” para acolher mais imigrantes do que Portugal.

A Agenda para a Migração foi um dos temas que dominou o Conselho Europeu do final de Junho com a reunião a dedicar várias horas à discussão da proposta da Comissão Europeia para o acolhimento de migrantes.

Contributo fundamental das instituições de solidariedade



Há uma “malha coesa e disseminada de instituições de solidariedade social” que cumprem um papel indispensável na sociedade portuguesa. O chefe do Executivo fez esta referência durante a inauguração das novas instalações do Centro de Reabilitação e Integração de Ourém (CRIO), no distrito de Santarém, instituição de apoio a pessoas com deficiência mental, investimento de 2,2 milhões de euros. “Queria fazer duas referências que têm que ver com o facto de termos em Portugal uma malha extraordinariamente coesa e, ao mesmo tempo, disseminada de instituições de solidariedade social que ajudam em muito aquilo que é a concretização das preocupações que um Estado moderno e um Estado desenvolvido deve ter na área social”, afirmou Pedro Passos Coelho, dia 4 de Agosto.

Apontando o trabalho centenário das misericórdias, Pedro Passos Coelho realçou que, ao lado destas, “há muitos anos que se vieram a estabelecer e a criar raízes também muitas outras instituições que têm a mesma preocupação e que procuram canalizar a dádiva, a entrega voluntária de muitos na sociedade em favor daqueles que são mais carenciados”.

Para o Primeiro-Ministro, é “muito importante” haver um “bom entendimento e entrosamento” com estas instituições, pois “não faria sentido apenas por uma questão de preconceito que dispendo de uma rede tão importante (...) o Estado na sua missão não se apoiasse fortemente nestas instituições”.

Pedro Passos Coelho adiantou, todavia, que “os apoios são limitados”, pelo que não se pode fazer tudo, mas defendeu que, dentro das escolhas, o Governo continua a concentrar o essencial da despesa pública e dos recursos humanos na área social. “Não creio que haja uma divergência significativa quanto à necessidade de darmos prioridade a estas áreas”, considerou, notando que não basta haver sensibilidade para os problemas, é preciso também que possam ter meios para lhes responder.

“Ou conseguimos pôr a nossa economia a crescer devidamente para financiar a área social ou teremos muita sensibilidade social, mas menos respostas do que aquelas que são necessárias”, advertiu.

Na cerimónia, o presidente do CRIO, Mário Albuquerque, deixou um “reparo dirigido aos serviços da EDP, sempre extremamente distantes, morosos e imprevisíveis” com “burocracias que ainda não permitiram que a baixada definitiva do empreendimento esteja realizada



como devia, apesar de há mais de três meses requisitada e paga”.

“Entraves talvez evitáveis que são bastante constrangedores e até desmotivadores do trabalho de quem, de forma generosa e voluntária, se encontra no terreno”, declarou Mário Albuquerque que informou o Primeiro-Ministro da “mais instante necessidade” do CRIO, uma carrinha que “possa colmatar as debilidades existentes”.

Primeiro-Ministro elogia “palmarés extraordinário” de atletas nacionais no Special Olympics

Pedro Passos Coelho elogiou a participação de Portugal nos Jogos Mundiais de Verão do Special Olympics, que conquistou um total de 44 medalhas, considerando ser um “palmarés extraordinário”. “Alguns deles já eram medalhados, já eram atletas que tinham tido consagração em jogos anteriores, mas, realmente, foi um palmarés extraordinário”, afirmou Pedro Passos Coelho, em Ourém, no distrito de Santarém, na inauguração das novas instalações do Centro de Reabilitação e Integração de Ourém, instituição de apoio a pessoas com deficiência mental.

“Quero aproveitar esta ocasião daqui para lhes mandar um grande, grande abraço de felicitações por todas essas disputas bem-sucedidas que tiveram e aquelas que acabaram por não trazer medalhas, para dizer que

elas continuam ao nosso peito, todos os dias, porque sabemos que só seremos uma sociedade mais completa quando valorizarmos realmente aquilo que tem valor”, acrescentou.

Portugal fechou a participação nos Jogos Mundiais de verão do Special Olympics, que terminaram no domingo, em Los Angeles, com um total de 44 medalhas.

Ao longo dos nove dias de competição, os atletas portugueses, que competiram em nove modalidades, arrecadaram 14 medalhas de ouro, 18 de prata e 12 de bronze. O Special Olympics é um movimento criado há 50 anos por Eunice Kennedy, irmão do antigo presidente dos EUA John Kennedy, para apoiar pessoas portadoras de deficiências intelectuais. O movimento, que chegou a Por-



tugal em 2001, é actualmente liderado por Dias Ferreira, para quem os resultados alcançados nos Estados Unidos são um “motivo de enorme orgulho”. Maria Taveira, de 14 anos, foi a atleta que mais se destacou ao conquistar quatro medalhas nas competições de ginástica rítmica.

Nesta deslocação a Ourém, o autarca local alertou Passos Coelho para os custos da deslocação de doentes para Abrantes. “O município de Ourém situa-se a 20 quilómetros de Leiria. Nos últimos anos temos sido empurrados para o hospital de Abrantes [distrito de Santarém] e o país não está em condições de poder gastar tanto dinheiro a levar os doentes do concelho de Ourém para o concelho de Abrantes, quando pode levá-los para o hospital de Leiria, com boas respostas e bons acessos”, afirmou Paulo Fonseca. O Primeiro-Ministro prometeu dar a “atenção que é devida a estas questões”. “Não tenho uma resposta para a área da saúde”, disse Passos Coelho, mas reconhecendo que “a proximidade em termos de mobilidade geográfica se faz, sobretudo, com Leiria e não com Abrantes”. Contudo, “às vezes é menos imediato ou simples alterar estas coisas”, porque “todo o modelo de

financiamento destas entidades está construído com base naqueles que devem ser servidos por esse equipamento”, admitiu o governante, adiantando que se a solução indicada pela autarquia funcionar melhor, o Governo não deixará “de olhar para ela facilitando a vida às pessoas”.

Devolução do IVA e IRS recebido acima do previsto

No Bombarral, o Primeiro-Ministro afirmou não haver razões para pessimismo em relação à previsão de receitas fiscais, assegurando que o Estado devolverá aos contribuintes todo o IVA e IRS recebido acima do previsto. “A 31 de Dezembro saberemos exactamente quanto é que o Estado recebeu para além do que estava previsto em matéria de IVA e de IRS e o que tiver recebido a mais devolve aos contribuintes”, garantiu o Primeiro-Ministro, no Bombarral, onde inaugurou o Festival Nacional do Vinho e Feira da Pêra Rocha. Para o chefe do Governo, “a questão da sobretaxa e do crédito fiscal não tem polémica nenhuma”, mantendo o compromisso assumido

no Orçamento do Estado (OE) para 2015 de devolver as receitas arrecadas com aqueles impostos.

“Assumimos também o compromisso de ir permitindo aos contribuintes, ao longo do resto do ano, ir medindo como é que está a receita de IVA e de IRS, de modo a que eles possam ir sabendo qual é o crédito fiscal que irão receber”, apesar de o Governo só saber “com rigor o que é que será possível retribuir aos contribuintes quando o ano fechar e não antes”, afirmou Passos Coelho.

Convicto de que “as metas que estão previstas em termos quer de IRS quer de IVA (...) serão superadas”, o primeiro-ministro considerou não haver razões para esperar que os resultados do segundo trimestre sejam piores que os obtidos até 31 de Junho, garantindo não haver “nenhuma razão” para o Governo “estar pessimistas”.

Em resposta às críticas do PS, de que ainda que a cobrança de que as metas sejam cumpridas possa estar em risco a revolução da sobretaxa de IRS, Passos Coelho disse não perceber as dúvidas e desconhecer “os argumentos” do principal partido da oposição garantindo não haver “nenhuma razão para pensar que no final do ano teremos um resultado negativo desse ponto de vista, antes pelo contrário”.

O Primeiro-Ministro refutou ainda as críticas da comissão de trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o alegado aproveitamento político dos dados sobre desemprego e lamentou que a oposição esteja sempre à espera de resultados negativos. “Não me parece que só haja razão para comentar os dados quando eles são maus”, defendeu Pedro Passos Coelho, no Bombarral, recusando qualquer “aproveitamento político” na interpretação dos dados divulgados pelo INE relativamente ao desemprego. O INE divulgou a semana passada que a taxa de desemprego foi de 12,4 por cento em Junho passado e reviu significativamente para baixo (0,8 pontos percentuais) a taxa estimada para Maio. Os dados do INE “são dados públicos, para serem usados publicamente e suponho que os dados que são públicos possam ser divulgados e comentados”, sublinhou Passos Coelho, questionado porque é que depois de durante tantos anos ter dado “a cara por tantas coisas negativas, porque é que agora não hei-me mostrar satisfação por os dados serem melhores”.



Carta de agradecimento aos portugueses

Os líderes do PSD e do CDS-PP enviaram, dia 7 de Agosto, uma carta de “agradecimento e de esperança” aos portugueses. Reconhecendo o período difícil dos últimos quatro anos, Passos Coelho e Paulo Portas assinam uma carta em que pedem aos portugueses uma confiança renovada, começando por apelar a uma avaliação do presente, pensando no futuro e não deixando de relembrar o passado. Sobre o período que querem deixar para trás, os líderes do Governo admitem que Portugal viveu um período difícil e culpam os “erros do Governo que nos antecedeu e que não honrou a confiança dos portugueses”.

Pedro Passos Coelho e Paulo Portas falam aos portugueses recordam “uma herança pesada” e de uma “conta elevada a ser paga por todos”. Os líderes da coligação asseguram ainda que não querem voltar ao passado “nem abrir mão da credibilidade que o país tem hoje”, garantido que o país já se encontra numa “mudança positiva”. Sobre os quatro anos em que estiveram em frente ao Governo, Passos Coelho e Portas dizem ter sido o tempo exigido para fazer “o necessário e possível face à situação de pré-bancarrota que nos [o Governo socialista] deixaram”. Dizem ter “corrigido o rumo e entrado no caminho certo”.

Apelando “com humildade” à “confiança” dos portugueses, os líderes do actual Governo pedem uma “oportunidade de consolidar” um novo ciclo, reforçando que “não é tempo de promessas”, um dos slogans da campanha.

Sobre a retoma económica escrevem que é “um processo gradual, progressivo e seguro”, mas repetem que “Portugal pode mais” e que “já começa a colher os resultados”, que são “fruto do esforço de todos e do compromisso com cada português”. “Nada está concluído”, dizem, “e por isso a caminhada deve seguir”, com os portugueses a acompanhar “sempre juntos” a coligação.

Esta carta foi endereçada aos militantes do PSD e do CDS-PP e partilhada com todos os eleitores.



Carta aos portugueses

«Diante da missão que assumimos nos últimos anos, e também do caminho que acabámos por trilhar, ao lado dos portugueses, levando-nos aos resultados que Portugal está a conseguir, vimos partilhar com todos uma mensagem de agradecimento e esperança. Portugal está a viver um momento de reflexão que resultará numa atitude e numa decisão de pessoas que vão avaliar o presente, pensar o futuro e que não deixarão de relembrar o passado. Todos sabemos o quão difícil foi atravessar este período, uma consequência dos erros do Governo que nos antecedeu e que não honrou a confiança dos portugueses. Ao invés, deixou-nos uma herança pesada, e uma conta elevada a ser paga por todos.

Sempre acreditámos na nossa força, na força do país e dos portugueses. Por isso, foi possível corrigir o rumo e entrar no caminho certo. Chegámos até aqui e vamos fazer muito mais. Juntos superámos uma dura realidade porque estivemos unidos e tivemos coragem. Hoje, estamos a entrar num novo tempo. Graças a muito trabalho e ao esforço de todos, vamos poder seguir em frente, ao encontro de mais crescimento económico e mais criação de emprego, centrando-nos em políticas para melhorar o acesso à saúde e a qualidade na educação, para ampliar o combate às desigualdades sociais e criar condições de garantir melhorias na demografia em Portugal. Depois da recuperação, a construção. O nosso presente dá força à esperança. Olhamos para o futuro com mais confiança.

Não queremos voltar ao passado nem abrir mão da credibilidade que o país tem hoje. Uma mudança positiva já está a acontecer. É evidente que há muito a realizar. Quatro anos foi o tempo exigido para se fazer o necessário e possível, face à situação de pré-bancarrota em que nos deixaram. É por isso que, com humildade, mas convictos dos resultados obtidos e do que estamos a propor, nos apresentamos aos portugueses para a oportunidade de consolidar este novo ciclo que se iniciou. As condições necessárias foram erguidas. Com responsabilidade, prudência, porém com determinação e dedicação. Para isso queremos trabalhar mais. Não é tempo de promessas. É tempo de trabalho. E nós sabemos o que fazer.

A consolidação da retoma económica, hoje em curso, é um processo gradual, progressivo e seguro. Em Junho passado, lançámos a nossa Carta de Garantias, porque estamos a propor compromissos alicerçados em garantias viáveis. O Programa Eleitoral que apresentámos aos portugueses assegura cada acção com uma certeza: Agora Portugal pode mais. O país já começa a colher os resultados, fruto do esforço de todos e do compromisso que temos com cada português. E que todos nós temos com a nossa Nação. Nada está concluído, ainda, por isso a caminhada deve seguir. Para nos levar, sempre juntos, como estivemos nestes anos, até o futuro que todos nós queremos.

Portugal convoca-nos.

Lisboa, 7 de Agosto de 2015

Pedro Passos Coelho
Paulo Portas»



Cabeças de lista da coligação PORTUGAL À FRENTE

AVEIRO

Luís Montenegro

Luís Montenegro é licenciado em Direito e advogado. É Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Presidente da Assembleia Municipal de Espinho. Foi Vice-Presidente Distrital PSD/Aveiro, coordenador do Grupo de Deputados de Aveiro do PSD, coordenador do PSD na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, membro da Delegação Portuguesa a Assembleia Parlamentar da NATO, membro da Comissão de Revisão Constitucional, membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, membro da Comissão de Defesa Nacional, membro da Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente, membro da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Membro da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político, membro da Comissão de Inquérito as Demissões na Polícia Judiciária e membro das Sub-comissões de Administração Interna e da Prevenção Rodoviária. Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Espinho. Presidente da JSD - Espinho (1994/96). Vereador na Câmara Municipal de Espinho (1997/2001). Foi também membro Conselho Jurisdição e do Conselho Nacional do PSD.

BEJA

Nilza Sena

Nilza Sena nasceu em 1976. Professora Universitária, doutorada em Ciências Sociais na especialidade de Sociologia e mestre em Ciência Política. Deputada, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Ciência, Tecnologia e Ambiente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Foi Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD de 2010 a 2014. Membro Efectivo do Conselho Científico do ISCSP 2008-2013. Membro Efectivo do Conselho Pedagógico do ISCSP 2008-2013. Foi Presidente Assembleia Freguesia Santo Condestável.

BRAGA

Jorge Moreira da Silva

Jorge Moreira da Silva tem 42 anos, é casado e tem 3 filhos. É licenciado em Engenharia Electrotécnica (área de Energia) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com uma pós-graduação em Alta Direcção de Empresas pela AESE/IESE Business School da Universidade de Navarra, sendo consultor internacional e docente universitário na área do ambiente e energia. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia. Foi, desde Abril de 2010, Vice-Presidente do PSD. Em Abril de 2012, foi eleito primeiro Vice-Presidente e coordenador da Comissão Permanente da Comissão Política Nacional do PSD, cargo que exerceu até tomar posse como membro do Governo. Foi, desde Outubro de 2011, fundador e Presidente do "think tank" Plataforma para o Crescimento Sustentável que integra 400 membros, repartidos por 27 grupos de trabalho. Coordenou o «Relatório para o Crescimento Sustentável - Uma visão pós-troika», publicado em Dezembro de 2012, identificando 27 desafios estratégicos e 511 recomendações para libertar o potencial de crescimento de Portugal. Foi, desde Janeiro de 2013, presidente do Grupo de Trabalho do Partido Popular Europeu (PPE) para a Energia e Alterações Climáticas. Foi, entre 2009 e 2012,

director da área de Economia da Energia e das Alterações Climáticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Nova Iorque. Entre 2006 e 2009, foi: consultor do Presidente da República nas áreas da Ciência, Ambiente e Energia; consultor do Banco Europeu de Investimento (BEI), na área da Biodiversidade; conselheiro do Presidente da Comissão Europeia para as negociações internacionais sobre o regime climático pós-2012. Entre 2003 e 2005 foi Secretário de Estado da Ciência e Ensino Superior e Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território. Entre 1999 e 2003, foi Deputado ao Parlamento Europeu, sendo o Relator Permanente para as alterações climáticas. Nessa qualidade, foi relator, negociador e autor da Directiva que estabeleceu o novo Sistema Europeu de Comércio de Emissões, aprovada em 2003. Presidiu, igualmente, às delegações do Parlamento Europeu às Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas realizadas em Haia, Bona e Marraquexe e à Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo, em 2002. Entre 1995 e 1998, foi presidente da JSD. É autor dos livros «Genética Humana - a hora do Legislador» (PPE-DE, 2002) e «As Alterações Climáticas no mediterrâneo» (Instituto Cajamar, Madrid, 2003) e co-autor do «Dicionário de termos europeus» (Aletheia, 2006). Foi distinguido, em 2009, com a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República.

BRAGANÇA

Adão Silva

Adão José Fonseca Silva é Professor, licenciado em línguas e literaturas modernas, estudos franceses e portugueses. É casado e tem um filho. É actualmente deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar e Presidente da delegação da Assembleia Parlamentar da Organização para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE). Foi deputado em várias Legislativas, Presidente das Assembleias Municipais de Bragança e Macedo de Cavaleiros, Presidente do Centro regional de Segurança Social e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

CASTELO BRANCO

Manuel Frexes

Manuel Frexes nasceu em Alcaria, em 10 de Outubro de 1956. É casado e tem duas filhas. Licenciado em Direito. Em 1978, foi fundador da APE JUNU - Associação Portuguesa de Estudantes Juventude das Nações Unidas e, um ano depois, um dos fundadores do IEP - Instituto de Estudos Políticos. Entre 1980 e 1981 foi Monitor de Direito Processual Civil 2 na Faculdade de Direito de Lisboa. Iniciou a sua carreira no Território de Macau, nos Serviços de Inspeção do Comércio Bancário, tendo igualmente sido membro do Tribunal Administrativo de Macau. Em 1991 foi convidado a integrar o Conselho de Administração do Teatro Nacional de S. Carlos e da Companhia Nacional de Bailado, sendo, no ano seguinte, nomeado Presidente do CA. Em 1992 tomou posse como Subsecretário de Estado e da Cultura do XII Governo Constitucional, tendo sido titular da pasta da Cultura desde Dezembro de 1994 até Outubro de 1995, data em que cessou funções no Governo. Em 1995 é eleito Deputado pela Assembleia da República, reeleito em 1999. Em 1996 assumiu as funções de Consultor Superior da Portugal Telecom. É igualmente eleito membro da Comissão de Amizade Portugal-Hungria. Em 2001 foi eleito Presidente da Câmara Municipal do Fundão e reeleito para o mesmo cargo em 2005 e 2009. Foi ainda Vice-presidente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses e Presidente dos Autarcas Social Democratas. É, desde Fevereiro de 2012, Vogal do Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA. É também Presidente do Conselho de Administração da AdP Energias, SA e da Águas do Centro, SA. Foi, por diversas vezes membro do Conselho Nacional do PSD, do Conselho de Jurisdição e da Comissão Política Nacional. Em 1999, já como Deputado do Distrito de Castelo Branco, assumiu a Presidência da Comissão Política Concelhia do Fundão que lideraria até às eleições autárquicas de Dezembro de 2001, data em que o PSD conquistaria a Presidência da Câmara. Em 2005 foi eleito Presidente dos Autarcas Social-Democratas, tendo, desde essa data até 2012, sido membro da Comissão Política Nacional. Em Julho de 2014 foi eleito Presidente da Comissão Política Distrital do PSD, cargo que ocupa actualmente.



COIMBRA

Margarida Mano

Margarida Mano é Doutorada em Gestão pela Universidade de Southampton [UK], mestre e licenciada em Economia pela Universidade de Coimbra [PT]. Vice-Reitora da Universidade de Coimbra, desde Março 2011, responsável pelos pelouros do Planeamento Estratégico, Financeiro e da Acção Social. Professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), onde leccionou cadeiras de Gestão (Estratégia Empresarial, Análise Estratégica, Análise e Decisão Estratégica, Marketing Operacional e avaliação Institucional e Gestão da qualidade) e de Economia (Política Monetária e Financeira; Política Económica e Técnicas Bancárias) no âmbito das respectivas licenciaturas e de vários mestrados. Áreas científicas de interesse: Gestão Estratégica; Gestão da Mudança; Governança; Qualidade nas Organizações. A sua experiência profissional, para além da docência, desenvolveu-se na Banca Comercial onde exerceu funções técnicas e de Direcção (Banco Português do Atlântico (BPA) e Banco Comercial Português (BCP) de 1987 a 1996), e enquanto gestora universitária, nas funções de Administradora da Universidade de Coimbra (de 1996 a 2009) e Pró-Reitora da Universidade de Coimbra (de 2009 a 2011).

ÉVORA

António Costa da Silva

António Costa da Silva nasceu em 1968. É licenciado em Economia e tem uma pós-graduação em "Administração pública e desenvolvimento regional na perspectiva das comunidades europeias" pela Universidade de Évora. Consultor e gestor de empresas. É vogal executivo do INALENTEJO - PO Regional do Alentejo. Foi vice-presidente da CCDR Alentejo, de 2003 a 2005; vereador na Câmara Municipal de Viana do Alentejo, de 2005 a 2009.

FARO

José Carlos Barros

José Carlos Barros, nasceu em Boticas em 1963. Vive em Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, e é licenciado em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora. Actividade profissional e política: Técnico superior do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e da Direcção Regional do Ambiente do Algarve (1991-1997). Assessor do Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, prestando assessoria técnica especializada no domínio do ordenamento da orla costeira e litoral (Novembro 1997-Maio 1998), Adjunto do Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (Junho 1998-Outubro 1999), Director de Serviços da Natureza, Educação Ambiental e Consumo, da Direcção Regional do Ambiente do Algarve (Janeiro 2000). Director do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; responsável pela gestão da Mata Nacional das Dunas Litorais de Vila Real de Santo António (2000-2002). Chefe de Divisão do Ordenamento do Território na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (Maio a Outubro de 2005). Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (2005-2013). Desde Outubro de 2013, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. Actividade literária: Director da revista SUL (revista sobre o Algarve com nove números publicados entre 1998 e 2004). Autor de mais de uma dezena de livros de poesia e ficção. Edições mais recentes: «O Prazer e o Tédio» (romance, edição Oficina do Livro, 2009; adaptado ao cinema por André Graça Gomes), «Um Amigo para o Inverno» (romance, edição Casa das Letras, 2013; finalista do Prémio Leya) e «O Uso dos Venenos» (poesia, edição Língua Morta, 2014). Venceu, entre outros, os seguintes prémios literários: Prémio Nacional de Poesia Sebastião da Gama, Prémio Guerra Junqueiro, Prémio Literário da Vila de Fânzeres, Prémio de Poesia Fernão de Magalhães Gonçalves. Autor da letra do Hino do Algarve (vencedor do concurso promovido em 2004 pela AMAL - Área Metropolitana do Algarve).

GUARDA

Carlos Peixoto

Antonio Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto nasceu em Gouveia em 13.02.1968, é divorciado e tem um filho. Carlos Peixoto é licenciado em Direito e é Advogado. É deputado da Assembleia da República e Presidente da Comissão Política Distrital da Guarda do PSD. Foi membro da Assembleia Municipal de Gouveia entre 1989 e 1990 e entre 2001 e 2005, vereador da Camara de Gouveia entre 2001 e 2005, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Gouveia DLGC- EM entre 2003 e 2005. Deputado da AR desde 2009.

LEIRIA

Teresa Morais

Teresa Morais nasceu em 1959. Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde também fez o Mestrado e foi doutoranda, foi docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Lusíada. Foi membro da Assembleia de Representantes e do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, dos júris de apreciação do Exame Extraordinário de Acesso à mesma Faculdade e de avaliação das Provas Específicas de Acesso ao Ensino Superior, e do Senado da Universidade de Lisboa (2000-2001). Foi advogada entre 1984 e 1987, assessora jurídica da Presidência do Conselho de Ministros no X Governo, membro da Comissão para a Reforma e Reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bolseira da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1989-1990) e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1993-1994). Foi professora auxiliar da Universidade Moderna (1990-2002), docente do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (1993-1994) e adjunta e, mais tarde, assessora do Provedor de Justiça. Foi Deputada à Assembleia da República em 2002-2005, tendo sido membro das Comissões de Defesa Nacional, Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias e da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político. Foi Presidente da Subcomissão Parlamentar de Justiça e Assuntos Prisionais (2002-2005) e membro do grupo de trabalho para a Revisão do Regime Jurídico da Adopção. Na legislatura de 2009-2011, foi Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e coordenadora das áreas da Justiça e da Igualdade, e membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias e das Comissões Eventuais de Acompanhamento da Corrupção e para a Revisão Constitucional. Foi Presidente da Subcomissão de Igualdade, membro do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações e da Comissão Fiscalizadora dos Centros Educativos. Actualmente é Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

LISBOA

Pedro Passos Coelho

Pedro Passos Coelho nasceu em Coimbra, em 1964. Viveu até aos 9 anos em Angola e passou a sua adolescência em Vila Real. Casado, é pai de três filhas e reside em Lisboa. É licenciado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa. Desde cedo envolvido na política, foi durante cinco anos membro do Conselho Nacional da Juventude Social Democrata. Em 1991 desempenhou as funções de Vice-Presidente e Porta-Voz do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia da República. Entre 1997 e 2001 foi Vereador na Câmara Municipal da Amadora e durante este período fundou o Movimento Pensar Portugal. Na última década conciliou a gestão de empresas - no campo da energia e ambiente - com a docência e a Presidência da Assembleia Municipal de Vila Real. Em 2008 fundou a Plataforma de Reflexão Estratégica Construir Ideias para a análise e debate dos grandes temas da agenda política nacional. Em 2010 foi eleito Presidente do PSD. Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional desde 21 de Junho de 2011, na sequência do resultado das eleições legislativas realizadas em 5 de Junho do mesmo ano.

PORTALEGRE

Cristóvão Crespo

Cristóvão Ventura Crespo, nasceu em 1958. É casado e tem uma filha. Inspector Tributário. É licenciado em Economia/Gestão. Deputado à Assembleia da República, membro da Comissão de orçamento, Finanças e Administração Pública. É Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Portalegre.

PORTO

José Pedro Aguiar-Branco

José Pedro Aguiar-Branco licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1980, ano em que iniciou o exercício da advocacia na primeira sociedade de advogados constituída em Portugal. Actual Ministro da Defesa Nacional, foi Ministro da Justiça do XVI Governo Constitucional. Deputado à Assembleia da República desde 2005 (X e XI Legislaturas), foi membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na X Legislatura e Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na XI Legislatura. Entre Abril de 2010 a Junho de 2011 foi membro do Conselho Superior de Segurança Interna. Foi Presidente da Assembleia Municipal do Porto entre 2005 e 2009. No PSD, presidiu à Comissão de Revisão do Programa do Partido, foi coordenador do «Fórum Portugal de Verdade - Das Ideias às Políticas», realizado de Fevereiro a Maio de 2009, e Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, de Abril de 2008 a Março de 2010. Foi Secretário-Geral do Centro Unesco do Porto (1984-1985), Vice-Presidente da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses (1988-1991), vogal (1992-1995) e Presidente (2002-2004) do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, membro do Conselho Superior da Magistratura, eleito pela Assembleia da República (2000) e Vice-Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro (1999-2002).

SANTARÉM

Teresa Leal Coelho

Teresa Leal Coelho nasceu em Moçambique e é licenciada em Direito, áreas jurídico-políticas, pela Universidade Lusíada de Lisboa. Tem o Curso para doutoramento completo na área de jurídico-políticas com tese intercalar sobre "Efeito directo no direito da União Europeia" e tese final sobre "Responsabilidade de proteger" (Direito Internacional Público), na Universidade Lusíada de Lisboa. Lecciona na Universidade Lusíada de Lisboa nas licenciaturas Direito e Relações Internacionais, nas disciplinas Direito Constitucional, Direito da União Europeia e Direito Internacional Público. Deputada à Assembleia da República na XII Legislatura (2011/2015), eleita pelo círculo eleitoral do Porto, membro das Comissões permanentes: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, Comissão de Negócios Estrangeiros e Comissão de Defesa Nacional. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, entre Julho de 2011 e Janeiro de 2014. Vice-presidente na Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata, eleita em 2012. Vereadora na Câmara Municipal de Lisboa, desde 2013. Administradora no Instituto de Estudos Políticos entre 1988 e 1992. Observadora Internacional para o processo de Timor-Leste no quadro da Organização das Nações Unidas entre 1998 e 2004. Membro da Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste, 1996. Membro fundador do grupo de reflexão e acção "Pensar Portugal", 1997.

SETÚBAL

Maria Luís Albuquerque

Maria Luís Albuquerque nasceu em Braga em 1967. Licenciou-se em Economia na Universidade Lusíada de Lisboa em 1991 e é mestre em Economia Monetária e Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa desde 1997. Foi técnica superior na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças entre 1996 e 1999, técnica superior do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia entre 1999 e 2001, desempenhou funções de assessora do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças em 2001, foi Directora do Departamento de Gestão Financeira da Refer entre 2001 e 2007 e coordenou o Núcleo de Emisões e Mercados do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público entre 2007 e 2011. Foi docente na Universidade Lusíada de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão e no polo de Setúbal da Universidade Moderna entre 1991 e 2006. Maria Luís Albuquerque foi Secretária de Estado do Tesouro e Finanças entre Junho de 2011 e Outubro de 2012 e Secretária de Estado do Tesouro entre Outubro de 2012 e Junho de 2013. Nestas funções, seguiu os assuntos do Eurogrupo e do Ecofin substituindo o então Ministro de Estado e das Finanças. Tomou posse como Ministra de Estado e das Finanças em 2 de Julho de 2013.

VIANA DO CASTELO

Carlos Abreu Amorim

Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim nasceu no Porto, em 1963. É casado e tem dois filhos. Professor Universitário. Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Doutoramento em Direito, vertente de Ciências Jurídicas Públicas pela Universidade do Minho. É membro fundador de várias revistas científicas, bem como integra a Comissão Directiva de Mestrados de Direito leccionados na Escola de Direito da Universidade do Minho. Enquanto estudante universitário, bem como durante o período de quatro anos em que interrompeu os seus estudos, exerceu funções profissionais de direcção em diversas empresas, na área comercial. Concluiu o estágio na Ordem dos Advogados, profissão que também exerceu até final de 1998. Colaborou e colabora de forma permanente com diversos órgãos de comunicação nacional como os periódicos Comércio do Porto, Semanário, Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Diário de Notícias e revista Notícias Sábado, assim como as televisões RTPN / RTP informação e TVI 24. É Deputado desde 2011, tendo encabeçado a lista do PSD por Viana do castelo na qualidade de independente. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD,

tendo nessa qualidade orientado politicamente as áreas do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, tendo, ainda, integrado a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a Comissão Eventual para "Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal" e a Comissão de Inquérito "à Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo". Em Outubro de 2014 foi indicado como responsável político e Coordenador da Comissão de Inquérito "à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco".

VILA REAL

Luís Ramos

Luis Leite Ramos, nasceu em 1961 em Candemil – Amarante. É casado e tem 3 filhos. Professor Universitário, é doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Paris X – Nanterre, DEA em Sociologia Rural pela Universidade de Paris X – Nanterre e tem Pós- Graduações em Políticas e Administração do Desenvolvimento pelo IAM de Montpellier e em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa. É licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto É Deputado à Assembleia da República pelo círculo distrital de Vila Real, sendo Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e membro das Comissões Parlamentares de Economia e Obras Públicas e Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. É Professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (colaboração "pro bono"). Na Comissão de Coordenação da Região do Norte (1984-1999) foi Director Regional da Administração Autárquica, coordenador regional dos Gabinetes de Apoio Técnico, Chefe de Projecto do Programa de Desenvolvimento do Douro e Administrador do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. É membro da Assembleia Municipal de Vila Real (desde 2013). Foi Vereador da Câmara Municipal de Amarante (2005-2006) e membro da Assembleia Municipal de Amarante (1986-1988).

UISEU

António Leitão Amaro

António Leitão Amaro nasceu em 1980 no Caramulo, concelho de Tondela. Foi deputado à Assembleia da República desde 2009, tendo sido coordenador do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. É Assistente convidado de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2009, e Professor auxiliar convidado do Instituto Superior Técnico, desde 2009.

Concluiu o Mestrado em Direito pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, em 2008, tendo também sido Investigador visitante na mesma Universidade. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pós-graduado em Regulação e Concorrência pela Universidade de Coimbra, é doutorando em Direito Público pela Universidade Católica Portuguesa. É membro da Direcção do Harvard Club de Portugal e da Associação Portuguesa de Empresas Familiares. Foi Secretário-Geral da JSD entre 2008 e 2010 e é membro do Conselho Nacional do PSD desde 2009. É actualmente Secretário de Estado da Administração Local. Trabalhou na empresa Derovo (2009) e foi advogado na sociedade Cuatrecasas, Castelo Branco e Advogados entre 2003 e 2006. É autor de diversos artigos técnicos e científicos.

EUROPA

Carlos Gonçalves

Carlos Alberto Silva Gonçalves nasceu em 1961 e é licenciado em Geografia e DEA Pluridisciplinar Geografia, Sociologia e Agronomia pela Universidade de Paris X. É técnico de Serviço Social e Cultural. Deputado à Assembleia da República, Presidente do Grupo de Amizade Portugal-França, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Luxemburgo e membro da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica. É Presidente da Comissão Política do PSD em Paris. Foi Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas no XV Governo Constitucional.

FORA DA EUROPA

José Cesário

José Cesário nasceu em 1958 e é licenciado em Administração e Gestão Escolar. É professor do Ensino Básico. Foi Deputado em várias Legislaturas, tendo sido Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Vice-Presidente da Delegação Portuguesa ao Fórum Parlamentar Ibero-Americano, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argentina e Secretário da Mesa da Assembleia da República nas VI e VIII Legislaturas. Foi membro das Assembleias Municipais de Viseu e de Cinfães. Coordenador do Secretariado das Comunidades Portuguesas do PSD, foi presidente da Comissão Política Distrital de Viseu, membro do Conselho Nacional e vogal da Comissão Política Nacional da JSD. Foi igualmente Secretário-Geral adjunto do PSD. Foi ainda membro da Direcção do Sindicato de Professores da Zona Centro e fundador da Associação Nacional de Professores do Ensino Básico. É actualmente Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

AGORA PORTUGAL
PODE MAIS

Trabalho e inconformismo



“Um resultado politicamente inequívoco nas próximas eleições” e estabilidade governativa são condições fundamentais para Portugal prosperar. Dirigindo-se a “todos os portugueses” e não apenas aos sociais-democratas e independentes próximos dos partidos da coligação PSD/CDS-PP, o líder do PSD deixou um repto na Festa do Pontal, em Quarteira, dia 15 de Agosto: “Um resultado que nos permita governar para resolver os problemas das pessoas e não andar à procura de como é que se resolve os problemas do Governo. Porque se o resultado não for inequívoco, o próximo Governo há-de ser seguramente um Governo cheio de problemas e isso seria um problema adicional para os portugueses”, afirmou o líder social-democrata.

No momento do discurso mais aplaudido, Passos Coelho pediu ainda aos portugueses para que decidam com “a cabeça e com o coração”, colocando de parte qualquer “azedume, amargura e ressentimento”. Falando depois do líder do CDS-PP, Passos Coelho retomou um dos temas do discurso de Paulo Portas, sublinhando a necessidade da estabilidade política e pedindo aos portugueses que, depois de quatro anos a governar com dificuldades, deixem também a coligação governar “em tempos normais”. “Valerá a pena suscitar nas próximas eleições o problema político da estabilidade governativa, da confiança e segurança que um Governo precisa de ter para fazer o que é preciso”, questionou o líder





do PSD, insistindo que é preciso aproveitar os próximos anos para “resolver os problemas das pessoas e não os problemas políticos de um próximo Governo”.

Com muitos membros do Governo sentados nas mesas mais próximas do palco, Passos Coelho deixou ainda nota sobre algumas das conquistas dos últimos tempos, com o crescimento da economia, a redução do desemprego e da dívida, mesmo num ano de eleições. “Hoje já não é preciso castigar os que trouxeram a ‘troika’. Hoje podemos premiar os portugueses pelo trabalho que eles fizeram e dizer que temos muita esperança no trabalho que ainda vamos ter, nos próximos anos, para todos podermos viver melhor”, venceu, sublinhando que não é preciso “nenhum eleitoralismo para poder servir Portugal e os portugueses”, que hoje podem de “forma mais tranquila” reconciliar-se com aqueles que lutaram todos os dias por garantir um futuro melhor”.

Pedro Passos Coelho aproveitou a situação grega para criticar o PS, lembrando as “histórias da carochinha” contadas quando o Syriza chegou ao poder de como seria bom para Portugal também fazer uma nova abordagem dos problemas. “Esses hoje ninguém os ouve, desapareceram do nosso debate”, disse. “Não há razão para euforias, não prometemos o céu e a terra, mas trabalho, dedicação e inconformismo”, finalizou.



Universidade de Verão do PSD

Combater as desigualdades



O que está causa nas eleições de Outubro é uma escolha sobre o futuro e não uma “escolha partidária”. O líder do PSD coloca o combate às desigualdades sociais no topo da agenda política. “A escolha que vamos ter em Outubro não é uma escolha partidária, não é uma escolha do interesse pessoal do interesse pessoal de cada eleitor, é uma escolha sobre o futuro de toda a sociedade portuguesa”, afirmou o presidente, no encerramento da Universidade de Verão do PSD, dia 30 de Agosto.

Sublinhando querer falar “com todos, independentemente das barreiras ideológicas”, Passos Coelho admitiu que Portugal é hoje um país “profundamente desigual”, defendendo a necessidade de “colocar o combate às desigualdades sociais e económicas no topo da agenda política nos próximos anos”.

Passos Coelho vinco a necessidade de não existir uma “visão estritamente partidária do mandato”, argumentando que um executivo não governa apenas para quem votou nele, mas para todos. “Costuma-se dizer que quando um Presidente da República é eleito se torna Presidente de todos os portugueses, mas não é verdade que um Governo quando é escolhido e é eleito só é Governo de uns quantos, é também Governo de todos”, disse Passos Coelho, que tinha na plateia o dirigente do CDS-PP, João Almeida.

O presidente do PSD assegurou que a coligação está aberta a todos que não sendo de nenhum dos dois partidos “acham que o mundo não é a preto e branco” e que o que está em causa para futuro “não são convicções ideológicas, nem dogmatismo partidários, são coisas muito concretas”.

Insistindo na necessidade de não reduzir a política a “nós e eles” e às “trincheiras daqueles que governam apenas para certos grupos”, Passos Coelho defendeu que a coligação ter de funcionar do ponto de vista social para todos os portugueses. “As diferenças entre aqueles que se candidatam ao Governo são muito importante para os cidadãos fazerem não escolhas partidárias, mas nacionais”, argumentou, apelando aos eleitores que não são nem do PSD, nem do CDS-PP para que pensem no que querem para o futuro e não apenas nas “dificuldades muito grandes” a que possam associar o actual executivo. “Em democracia devemos ser racionalmente egoístas nas escolhas que fazemos, porque é isso que faz sentido”, sustentou, reiterando a necessidade de escolher também a pensar “no colectivo, na sociedade em geral e não apenas naquilo que nos toca directamente”.



Sem financiamento não há crescimento económico

“Para crescer precisamos de ter financiamento e para ter financiamento temos de pôr as nossas contas em ordem, o resto, como se recordam é uma história para crianças”, afirmou o líder do PSD, recuperando uma expressão que utilizou no início do ano, quando falava sobre o “irrealismo” das propostas do partido grego Syriza, liderado por Alexis Tsipras.

Defendendo que “o sistema financeiro é crucial para a que as sociedades possam crescer e para que as pessoas possam ambicionar mais justiça social”, Passos Coelho disse não “ter saudades nenhuma” do tempo antes da crise, porque agora é possível ter “um regime com mais liberdade económica e financeira e mais liberdade política no futuro”.

Pelo contrário, antes a economia era fechada, movida no essencial pelo consumo interno e pelo investimento público. Agora, prosseguiu, isso já não acontece, nem poderá voltar a existir um regime económico assente em investimento público e na construção civil e as pessoas que trabalhavam nessas áreas terão de “reencontrar novas oportunidades” para mudar de vida.

“Vencemos as dificuldades e vencemos as crises, não com o intuito de voltar ao que éramos, a mudança que foi empreendida não permite voltar para trás”, sustentou, defendendo a necessidade das empresas serem “ágeis”, não ficarem apenas a olhar para “o seu pequeno quintal”, mas para o mundo inteiro, “abrindo a mente”.

Contudo, insistiu “sem financiamento não há crescimento na economia, há recessão”, daí a necessidade de um sistema financeiro aberto, disponível para canalizar os recursos existentes para as melhores ideias, projectos e empresas.

“Não podemos canalizar o financiamento para proteger os maus negócios, apenas porque temos lá gente amiga ou mais conhecidas, em quem confiámos mais porque andámos com eles no liceu ou na universidade, porque os conhecemos no nosso partido, ou noutra sítio qualquer. Não é para isso que existem os bancos, nem os Governos, não é para trazer os amigos, é para trazer as pessoas que são competentes”, argumentou, considerando que a transformação gradual que tem ocorrido em

Portugal é fundamental para exigir liberdade económica e financeira.

“Quando a regulação actua, quando o poder político é isento e imparcial e independente, então as forças de libertação da sociedade civil atuam também a libertação do sistema económico e financeiro”, acrescentou.

Falando a pouco mais de um mês das eleições, Passos Coelho deixou também um balanço dos últimos quatro anos: “Dos quatro anos que levo desta experiência, quero dizer-vos: foi difícil, mas valeu a pena”, exclamou.

Antes de Passos Coelho, o líder da JSD, Simão Ribeiro, teve uma intervenção bastante acutilante, com ataques directos ao secretário-geral socialista, a quem chamou “o maior indeciso em Portugal”, numa referência indirecta às cartas que António Costa tem escrito aos indecisos. Entre as “contradições” de António Costa, Simão Ribeiro falou da mudança de opinião sobre a Grécia, as alterações ao cenário macroeconómico e pediu para que faça um “ato de contrição e peça desculpa aos jovens portugueses que foram obrigados a emigrar pelo desgoverno” socialista. A Passos Coelho, o líder da JSD pediu apenas que retome a questão da introdução da ‘regra de ouro’ [limites à dívida] na Constituição.

Primeiro dia da Universidade de Verão

Na sessão de abertura da Universidade de Verão, o vice-presidente social-democrata afirmou que o PS está “mergulhado” numa “crise de confiança” interna desde 2014, e que os socialistas têm tido dificuldade em “acertar o passo” com a realidade e o país. “Temos o mesmo PS, mais uma vez, mergulhado num processo interno de falta de confiança no futuro e embrulhado num conjunto de episódios que fazem com que se instale, de forma crescente, uma dúvida metódica no PS sobre se, as mudanças que realizaram no verão passado, eram as mudanças necessárias para o caminho que desejavam trilhar”, disse.

“Isto é, tal como em 2014, em 2015 temos um PS que não é factor nem de confiança, nem de estabilidade, é um PS que tal como em 2014 vive instável e preocupado com o seu próprio futuro”, acrescentou Marco António Costa.

“Há uma crise de confiança interna não gerada pela acção política da maioria, mas gerada pelos erros estratégicos permanentes que têm sido cometidos pelos respon-

sáveis máximos desse mesmo partido. Numa palavra, o PS tem tido dificuldade em acertar o passo com a realidade e, acima de tudo com Portugal”, afirmou.

Marco António Costa defendeu que a “agenda positiva” para Portugal está na Coligação Portugal à Frente e que a “agenda negativa, pessimista e derrotista e muito eleitoralista”, está no maior partido da oposição.

O vice-presidente coordenador recordou que as medidas que o Governo desenvolveu para retirar ao longo dos últimos quatro anos o país da crise, sublinhando que a coligação está preparada para governar no futuro. “Se fomos capazes neste quatro anos de trabalho repor a confiança, recuperar a economia e fazê-la crescer, recuperar o emprego, preparar o futuro em tempos de adversidade e de grandes constrangimentos económicos, seremos então capazes de fazer Portugal poder mais no futuro”, disse.

O vice-presidente afirmou ainda que o PS vive angustiado em relação ao momento político da Grécia, sublinhando ainda que alguns políticos fogem do debate sobre o tema “como diabo da cruz”. “O doutor António Costa, recordam-se, rejubilou na noite eleitoral da Grécia com a vitória do Syriza. Hoje, não esconde o incómodo e até o enfado quando os jornalistas lhe perguntam sobre o processo que está a acontecer na Grécia”, disse. “É confrangedor ver como o PS vive angustiado com este tema e é confrangedor ver como alguns políticos fogem ‘como diabo da cruz’ do tema Grécia”, acrescentou.

Para o vice-presidente do PSD, a situação política da Grécia é como se um “tabu se tivesse abatido” sobre o maior partido da oposição em Portugal.

Por fim, o jantar inaugural da UV 2015 teve como convidados o presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, António Nobre Pita, que deu as boas-vindas a Castelo de Vide, uma vila repleta de encantos e história, e António Horta Osório com uma análise oportuna sobre a crise no contexto europeu e nacional.

Carlos Coelho, o director da Universidade de Verão, explicou aos alunos o processo de selecção realizado, quais os objectivos esperados e os instrumentos de participação que os alunos têm à sua disposição nesta edição. Por seu lado, Simão Ribeiro, Presidente da JSD, salientou a importância da formação política e cívica, bem como apelou à participação dos alunos nesta academia, com sentido crítico e rigor.

Segundo dia da Universidade de Verão 2015

O segundo dia da Universidade de Verão de 2015 começou com a aula “Falar Claro” de Carlos Coelho, acompanhado por Rodrigo Moita de Deus. Nesta aula, os alunos aprenderam algumas técnicas de comunicação, tanto relativamente ao contacto com a comunicação social, como conselhos para falar em público. “A comunicação não é um concurso de elegância, é um concurso de eficácia”, referiu Carlos Coelho, numa aula cujo objectivo é potenciar as competências comunicativas dos participantes tanto do ponto de vista oral como escrito ou gestual.



Na sessão da tarde, os alunos tiveram a oportunidade de aprofundar o tema “Portugal com futuro: Finanças Públicas sustentáveis”. Com uma análise aos anos que antecederam Abril de 2011, Maria Luís Albuquerque firmou que “o que aconteceu em Portugal não foi obra do acaso, nem um azar que tivemos”. A ministra frisou que “O caminho de futuro para Portugal tem de ser outro. A recuperação do rendimento tem de ser sustentada e sustentável”, com a aposta nas empresas e na criação de emprego e no ajuste das contas públicas.

No primeiro jantar-conferência, Leonor Beza respondeu às questões dos alunos em diversas temáticas (a tragédia no Mediterrâneo, a Fundação Champalimaud e a saúde, entre outros).

Terceiro dia da Universidade de Verão 2015

A manhã de quarta-feira começou com a aula de Durão Barroso. Numa sessão cujo tema central foi a Europa, o orador debruçou-se sobre a questão “O que se passa com a Europa?”. A crise do euro e a das migrações foram os temas centrais da análise feita pelo antigo presidente da Comissão Europeia. Relativamente à resposta de Portugal perante a crise financeira, Durão Barroso afirmou que “Portugal deve ter orgulho em ter evitado o segundo resgate, quando nem os especialistas acreditavam”. Quanto ao problema das migrações, defendeu uma Europa de “portas abertas, mas não escancaradas”, e deixou o alerta para o “esforço enorme” que é necessário fazer para a integração dos imigrantes.

A sessão da tarde contou com as lições de Jorge Moreira da Silva, que apresentou a sua análise ao tema “O compromisso para o Crescimento Verde”. O ministro do Ambiente elencou três áreas determinantes para o crescimento verde: o ordenamento do território, o arrendamento e a reabilitação urbana. Jorge Moreira da Silva explicou aos alunos da Universidade de Verão a importância da realização de reformas sustentáveis tendo como objectivo o compromisso assumido na área do crescimento verde, afirmando que “em Portugal conseguimos fazer aquilo que era altamente improvável” e com isto conclui que “é possível compatibilizar competitividade com sustentabilidade”.

O segundo jantar-conferência contou com a presença de Henrique Leitão, Prémio Pessoa 2014, que apresentou aos alunos uma brilhante explicação sobre o fundamento e valorização da análise histórica da ciência.



Quarto dia da Universidade de Verão 2015

O quarto dia começou com o debate sobre a “Internet hoje: Garantir a liberdade ou reforçar a segurança?”, uma temática do interesse da geração mais jovem. Nesta sessão, Pedro Sousa e Fernando Resina da Silva aduziram diferentes argumentos. Legislação, educação e segurança foram referências utilizadas por ambos os oradores. Fernando Resina da Silva defendeu que a aposta em legislação é um ponto a salvaguardar a segurança da utilização da informação. Pedro Sousa afirma “temos que apostar em educação, preparar os jovens para o pensamento crítico” numa era em que a internet é um centralizador de informação. Após o almoço, os alunos apresentaram e discutiram os seus trabalhos de grupo.

Sobre o tema “Afastamento dos Jovens da Participação Cívica e Política”, os alunos identificaram razões que conduzem a este afastamento, estratégias a seguir e medidas a tomar com o objectivo de aproximar os jovens da política.

Neste debate, foram destacadas medidas de aproximação dos jovens à política através da definição de estratégias de comunicação estruturadas para a juventude, bem como a importância da formação cívica.

À noite, o convidado foi Nuno Melo, que fez uma análise aos últimos exercícios eleitorais realizados na Europa, como o caso da Grécia e do Reino Unido. O eurodeputado passou aos alunos uma mensagem positiva sobre as eleições de 4 de Outubro, focando “a governação possível e responsável” da coligação. “Acredito que venceremos as eleições porque merecemos, tal e qual não merecem os socialistas e por isso se há justiça eleitoral nesta terra perderão as eleições em Outubro de 2015”, afirmou.

Quinto dia da Universidade de Verão 2015

A manhã de sexta-feira começou com a aula sobre “Inovação Social: reforçar a sociedade civil”, com Filipe Santos. O orador falou aos alunos da importância dos projectos de inovação social (empreendedorismo social), como meio para a transformação da sociedade civil fomentando a inovação social. “A melhor forma de criar nova riqueza é através do empreendedorismo”, defendeu Filipe Santos.





Durante a tarde, Miguel Poiars Maduro e Manuel Castro de Almeida expuseram o tema “Portugal 2020: Crescimento e Emprego”. O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional defendeu o crescimento com qualidade, com aposta na competitividade e internacionalização da economia, sendo o Portugal 2020 um meio para alcançar este objectivo. “Regressámos finalmente a convergir com a Europa”, afirmou Poiars Maduro.

Manuel Castro de Almeida destacou que “a prioridade deixou de ser o investimento público e passou a ser o investimento privado e deixou de ser nas infra-estruturas e passou a ser na competitividade e internacionalização da nossa economia”.

O quinto dia desta Universidade de Verão terminou com o jantar-conferência, que teve como convidado o líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro. Numa análise à actual legislatura, falou aos alunos sobre os valores do PSD, frisando o trabalho realizado pelo Governo. Ao longo destes quatro anos, indicou o líder da bancada parlamentar, tivemos de “superar o derrotismo, o pessimismo, o ‘bota-abaxismo’ dos partidos da oposição”.

Sexto dia da Universidade de Verão 2015

O dia de sábado começou com a última aula, tendo como orador Paulo Rangel, que falou aos alunos sobre “O sistema português no quadro dos sistemas de governo”. Com um enquadramento histórico, Paulo Rangel analisou os sistemas governativos existentes em alguns países da União Europeia. Na análise nacional, o eurodeputado destacou a importância do papel do governo em temáticas como a criação de emprego sustentável, a defesa nacional e justiça. “Respeitar a autonomia do poder judicial, de não termos interferência do poder judicial, sem temer as consequências disso, é um crédito a favor da nossa coligação e do nosso Primeiro-Ministro”, afirmou.

Durante a tarde os alunos apresentaram e discutiram as temáticas dos trabalhos de grupo no formato de simulação de debate na Assembleia da República.

O último jantar-conferência teve como convidada Maria de Fátima Bonifácio, que fez uma reflexão sobre a relação entre a tirania e os intelectuais. Maria de Fátima abordou conceitos como liberalismo, classicismo, comunismo e patriotismo, marcando a visão histórica e a contemporânea entre a esquerda e a direita na política. “Na república só havia licença para ser jacobino, ai de quem fosse liberal, ai de quem fosse de direita, ai de quem fosse católico. Depois durante Salazar, apenas havia licença para salazarista, e depois do Salazar só a há licença para ser socialista”, frisou.

Castelo de Vide recebeu a 13.ª edição da Universidade de Verão, promovida pelo PSD, JSD e Instituto Francisco Sá Carneiro. Intervieram na sessão formal de abertura Ana Carolina Sousa, enquanto aluna da Universidade de Verão de 2014, Carlos Coelho, na qualidade de director da Universidade de Verão, Simão Ribeiro, líder da JSD e o vice-presidente do PSD, Marco António Costa.



PSD confia em mais emprego de qualidade



O porta-voz do PSD prevê uma contínua criação de emprego, com mais qualidade, embora defendendo que é pior o desemprego do que um contrato a prazo, e localizou o fenómeno da emigração antes da governação da actual maioria. “Tem havido uma mistificação relativamente às questões da emigração. É verdade que muitos portugueses procuraram uma solução para as suas vidas, mas o PS construiu a narrativa de que a emigração nasceu a partir do momento em que este Governo tomou posse”, acusou Marco António Costa, citando em seguida dados do Observatório da Emigração: 80 mil emigrantes em 2006, 90 mil em 2007, 85 mil em 2008 e 95 mil em 2012.

Em conferência de imprensa, o vice-presidente social-democrata declarou que “a emigração é fenómeno muito anterior à entrada em funções deste Governo”, rebatendo as críticas da oposição, que acusara o executivo de mascarar estatísticas, em virtude de contabilizarem pessoas em formação ou ocupadas pontualmente e deixarem de fora os emigrantes, por exemplo. “É verdade que teve um ligeiro crescimento nos últimos anos e para nós é um desafio muito importante poder criar condições em Portugal para que os portugueses encontrem, no seu próprio país, condições de realização pessoal”, assegurou.

O coordenador da comissão política disse que o PSD é favorável ao fomento de “um emprego estável”, mas “pior do que um contrato de trabalho a prazo é

um desemprego”. “Aquilo que estamos a construir em Portugal é, consolidadamente e de forma crescente, uma economia mais sólida que gere mais emprego, seguramente também de maior qualidade”, prometeu, salientando ainda outros dados estatísticos: revisão em alta das perspectivas de crescimento das exportações portuguesas em 2015 para 3,4 por cento, exportações com os valores mais altos desde Novembro de 2014, a confiança dos consumidores mais elevada desde Abril de 2002 e o maior índice de clima económico desde 2008.

Marco António Costa reiterou “o reconhecimento do trabalho feito por todos os portugueses” para atingir o referido “ponto de evolução positivo, realçando o papel da economia real na criação de postos de trabalho”, bem como “o papel da concertação e parceiros sociais, que foram capazes de ajudar a reformar o mercado de trabalho e ajudar a construir políticas activas de emprego relevantes para aumentar a empregabilidade”.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego fixou-se nos 11,9 por cento de Abril a Junho, menos 1,8 pontos percentuais do que no trimestre anterior e 2,0 pontos percentuais abaixo do trimestre homólogo de 2014, após um aumento 0,2 pontos percentuais no primeiro trimestre.

No segundo trimestre do ano, o INE aponta para uma diminuição trimestral de 13 por cento e uma diminuição homóloga de 14,9 por cento da população desempre-

gada (menos 92,5 mil e menos 108,5 mil pessoas, respectivamente), para um total de 620,4 mil pessoas.

Desemprego diminuiu na actual legislatura

Marco António Costa acusa o PS de ter feito uma “crítica ligeira e superficial” ao programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP e afirmou que “as contas todas” da actual maioria estão no Programa de Estabilidade. Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, Marco António Costa apelou aos socialistas para que façam “uma apreciação mais substantiva, mais concreta, e não em cima do joelho” e recomendou-lhes: “Não vale a pena tentarem criar o papão da privatização da Segurança Social em volta do programa eleitoral apresentado pela maioria, porque ele não existe”.

O porta-voz e vice-presidente do PSD tinha remediado para o Programa de Estabilidade que o Governo apresentou em Bruxelas: “As contas todas dos anos vindouros das medidas políticas que pretendemos tomar nas diferentes áreas de governação estão lá todas realizadas e explicitadas”. “Os primeiros em Portugal a apresentar as contas todas daqueles que eram os seus projectos para o futuro foram os partidos da maioria, quando apresentaram o Programa de Estabilidade, que é um documento oficial, ao qual os dois partidos da maioria estão vinculados”.

Marco António Costa lamenta o “azedume” da oposição relativamente aos dados da taxa de desemprego e destacou o facto de Portugal ter melhorado a sua posição, em termos europeus, designadamente face à Itália. E referiu a melhoria de um ponto percentual em termos homólogos na taxa de emprego, citando o gabinete de estatísticas da União Europeia (Eurostat), em conferência de imprensa na sede “laranja” de Lisboa. “Nós não confundimos batatas com laranjas. Estamos a falar de pessoas que deixaram de estar na situação de desemprego de acordo com métodos estatísticos oficiais do Instituto Nacional de Estatística e do Eurostat. Estamos a tratar de um assunto muito sério, que não merece por parte da oposição o azedume que tem revelado, num assunto de grande relevância para o país, a matéria social mais importante que temos para tratar”, afirmou.

O porta-voz e coordenador da Comissão Política Nacional do PSD contestou, sobretudo, a acusação de privatização da Segurança Social: “Trata-se de um papão que não existe, e trata-se de um velho chavão muito gasto pelo PS para assustar os portugueses”. Não é admissível que se faça política com esse tipo de acusações sem fundamento”.

Marco António Costa contrapôs que o PS é que tem

contas que suscitam “as maiores das dúvidas” e propõe no seu programa “um atentado à Segurança Social” que “poderá ter um impacto superior a 12 mil milhões de euros em quatro anos na redução de financiamento da Segurança Social, e isso colocará em perigo das atuais gerações”.

No entanto, defendeu que “a matéria da Segurança Social deve ser um espaço de convergência, e não um espaço de divergências”.

O porta-voz do PSD afirmou que o número absoluto de desempregados diminuiu na actual legislatura, tendo passado de 661 mil para 636 mil entre Junho de 2011 e Junho deste ano.

Invocando os números do Instituto Nacional de Estatística (INE), Marco António Costa sustentou que “a verdade dos factos comprova que, face a Junho de 2011, primeiro mês de governação do actual Governo da maioria”, houve “uma redução efectiva do número absoluto de desempregados em Portugal”. “Face aos 661 mil existentes em Junho de 2011, temos hoje em Junho de 2015 636 mil. Isto é, temos uma redução superior a 20 mil desempregados”, acrescentou o porta-voz.

Segundo o vice-presidente do PSD, “importa também sublinhar a circunstância de que há 29 meses con-

secutivos que a taxa de desemprego vem baixando e a taxa de emprego está a crescer”. Depois, Marco António Costa falou da evolução do emprego nesta legislatura, mas cingindo-se aos últimos dois anos: “Entre Janeiro de 2013 e Maio de 2015, há mais 204 mil portugueses, felizmente, a trabalhar”.

Por outro lado, destacou os indicadores de clima económico e de confiança dos consumidores. O social-democrata concluiu que “o país está no rumo certo” e aproveitou para repetir o lema estreado na quarta-feira pela coligação PSD/CDS-PP para as legislativas de 4 de Outubro: “Agora Portugal, efectivamente, pode mais”.

O vice-presidente do PSD Marco António Costa recusa qualquer “fé” em futuros resultados económicos e sublinhou que os responsáveis da maioria governamental trabalham com “dados oficiais”, realçando a “transparência” do simulador da devolução da sobretaxa de IRS. “Eu fé tenho, mas não nestes casos. Trabalhamos com base em elementos objectivos, estatísticas independentes (desemprego) e um simulador (devolução em 2016 da sobretaxa de IRS) que apresenta de forma transparente aos portugueses, mês após mês, de acordo com a receita que vai sendo obtida no âmbito do IVA e IRS, aquela que será a devolução previsível no próximo ano da sobretaxa de IRS”, garantiu.

Conselheiros nacionais aprovam por unanimidade os candidatos às legislativas

O Conselho Nacional do PSD aprovou dia 30 de Julho, por unanimidade, as listas de candidatos indicados por este partido às legislativas, que são conjuntas com as do CDS-PP. A votação foi feita em termos globais, agregando todas as listas a cada um dos círculos eleitorais, e apenas com os nomes indicados pelo PSD para a coligação “Portugal à Frente”.





Luís Montenegro descreveu o ambiente na coligação como de “grande motivação”, de “grande ambição” e de “grande confiança” face à campanha eleitoral que se avizinha. “Estamos cada dia que passa mais motivados e mais mobilizados para cumprirmos o grande desafio que é renovar a maioria absoluta dos deputados na Assembleia da República na próxima legislatura, continuar a cumprir o nosso programa de transformação e de recuperação de Portugal”, acrescentou.

Os conselheiros aprovaram também por unanimidade a designação do Dr. Pedro Passos Coelho como candidato a Primeiro-Ministro.

No início desta reunião do órgão máximo do PSD entre congressos, o presidente do PSD declarou-se “satisfeito” com a elaboração das listas. Passos Coelho lamentou, contudo, que alguns actuais deputados não constem dessas listas e que não tenha havido espaço para outras pessoas.

O líder parlamentar social-democrata e cabeça-de-lista por Aveiro da coligação PSD/CDS-PP, Luís Montenegro, afirmou que há uma renovação de cerca de 60 por cento dos candidatos a deputados. Luís Montenegro considerou que essas listas “não têm suscitado nenhuma contestação” e que a sua elaboração decorreu com “total e perfeita normalidade”. Depois, o líder parlamentar do PSD referiu que há “nos cabeças-de-lista uma renovação de cerca de 70 por cento face àquilo que aconteceu em 2011” e que, “quanto às listas no seu conjunto, a renovação atingirá cerca de 60 por cento nos candidatos do PSD, e cumprirá uma participação de cerca de 40 por cento de mulheres”.



PSD assinala “evolução positiva” registada pelo FMI



O PSD destaca a “evolução positiva” que o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) regista, considerando que os dados sobre o défice e a sobretaxa serão posteriormente corrigidos pela instituição. “O que o FMI vem alertar é que há uma evolução positiva, mas que continuamos a ter obstáculos e continuamos a ter alguma imprevisibilidade, que temos que manter esta consistência de políticas e que não podemos andar a prometer aquilo que não podemos cumprir”, afirmou o vice-presidente do PSD Carlos Carreiras, numa conferência de imprensa realizada na sede do partido, em Lisboa, a propósito do relatório relativo à segunda missão de monitorização pós-programa, que teve lugar de 4 a 12 de Junho.

Insistindo que neste relatório há uma “evolução positiva” na análise que é feita, Carlos Carreiras desvalorizou os alertas deixados sobre a questão do défice e da devolução da sobretaxa. Segundo o FMI, as receitas de IRC e IRS podem ficar abaixo das metas para este ano e assim comprometer o objectivo do défice, caso não sejam aplicadas novas medidas de contenção de despesa.

Sobre a sobretaxa, a instituição liderada por Christine Lagarde apela ao Governo para ter “cautela” na reversão já prometida das medidas do lado da receita, alertando que pode ser preciso “adiar ou cancelar parcialmente” a eliminação da sobretaxa de IRS.

Além disso, acrescentou, “não há nenhuma razão para não acreditar que o défice deve situar-se naquilo que são

as projecções do Governo”, ou seja, 2,7 por cento.

“Admitimos que, no próximo relatório, se o FMI voltar a baixar as duas décimas que baixou do primeiro para o segundo, já estaremos dentro do limite do défice excessivo”, referiu.

O vice-presidente do PSD notou ainda que seria “interessante do ponto de vista político” que esta mesma análise do FMI fosse feita em relação ao programa que o PS apresentou para as próximas eleições legislativas. Pois, continuou, “claramente seria chumbado”, nomeadamente na questão da sobretaxa, em relação à qual “o PS tem uma promessa muito expansiva que não encaixa de todo no que o FMI prevê”.

Relativamente aos alertas do FMI para a necessidade de recuperar o impulso reformista “quando for formado um novo Governo”, depois das eleições legislativas de Outubro, Carlos Carreiras disse tratar-se de “um alerta sobre os perigos daqueles que vendem soluções que não existem”.

Economia cresce 1,5 por cento

Carlos Carreiras considera que o crescimento do PIB em 1,5 por cento em termos homólogos e dos 0,4 por cento em relação ao trimestre anterior é um “indicador extremamente positivo”. Estes números “lembram-nos que ainda não está alcançado aquilo que eu e todos

destraríamos”. Por esta razão, o vice-presidente do PSD assegura que “será muito perigoso voltarmos a políticas anteriores que foram políticas que nos colocaram em decréscimo do PIB desde o último trimestre de 2010”. “Estamos certos de que temos de continuar nesta linha e não há espaço nenhum para haver aventureirismos de qualquer ordem ou natureza”, fincou.

Tecendo críticas directas ao Partido Socialista, Carlos Carreiras recorda as declarações de António Costa. “Quem não se recordará de declarações do líder da oposição [que disse] que a vitória do Syriza era uma janela de esperança e ainda recentemente disse que o programa do PS incorporava muitas das propostas que o Syriza fez?”. “Esta madrugada assistimos à aprovação do terceiro resgate, em cinco anos, à Grécia e isso era aquilo que muitos em Portugal defendiam também”, acusou, frisando que o “Governo manteve a sua consistência e, por isso mesmo, continua a apresentar resultados positivos. (...) O povo português está de parabéns pela garra com que conseguiu ultrapassar tantas adversidades”, assinalou.

A economia da zona euro cresceu 1,2 por cento no segundo trimestre deste ano, face ao mesmo trimestre de 2014, divulgou o Eurostat na estimativa rápida de dia 14 de Agosto. Já no total dos 28 Estados-membros da União Europeia o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) em termos homólogos foi de 1,6 por cento entre Abril e Junho. Os dados do Eurostat são ajustados das variações sazonais.

Inauguração da sede do PSD de Vinhais

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na inauguração da sede do PSD de Vinhais, sexta-feira, 28 de Agosto de 2015.



PS deixou o SNS “à beira da ruptura”

O PSD rejeitou as críticas dos socialistas sobre a desvalorização do serviço público, lembrando que foi o PS que deixou o Serviço Nacional de Saúde (SNS) à beira da ruptura. “O PS é o partido que tentou destruir o SNS, deixou o SNS à beira da ruptura, insustentável, numa situação em que faltava dinheiro nos hospitais para comprarem medicamentos, para comprarem dispositivos médicos, ou seja, para assegurar o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde”, afirmou o deputado do PSD Miguel Santos, em declarações à Lusa.

Depois de o PS ter criticado a “desvalorização do serviço público” em favor da “privatização progressiva” e de “um sistema de garantias mínimas”, Miguel Santos lamentou “o comportamento irresponsável do PS”, recordando um ditado popular: “quem não tem vergonha, todo o mundo é seu”. “É isto que caracteriza do PS”, frisou. Em resposta às acusações dos socialistas, o deputado do PSD sublinhou que graças ao esforço de todos os profissionais de saúde e do Governo, “o SNS está sustentável e foram pagas dívidas superiores a 2 mil milhões de euros”.

Relativamente à promessa do PS de abrir 100 novas unidades de saúde familiares, Miguel Santos recordou que só nos últimos quatro anos abriram sete novos hospitais, 37 centros de saúde e 117 unidades de saúde familiar. Além disso, continuou, actualmente seis milhões de portugueses estão isentos de taxas moderadoras e há três meses foi alargada a isenção até aos 18 anos.

Quanto ao problema da falta de médicos, o deputado do PSD referiu que nos últimos quatro anos foram contratados 7 mil médicos para o SNS.

Miguel Santos reconheceu, no entanto, que Portugal nunca poderá competir com os níveis salariais “astronómicos” que estão a ser oferecidos por outros países, nomeadamente do Médio Oriente, e que haverá sempre médicos a optar por sair do país.



Governo assina pactos com cinco comunidades intermunicipais do Norte

O ministro do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, assinou dia 5, os “Pactos 2020” com cinco comunidades intermunicipais do Norte do país, que terão assim acesso a 281 milhões de euros de fundos comunitários. Os documentos foram assinados com as comunidades do Alto Tâmega, Ave, Cávado, Douro e Terras de Trás-os-Montes e as verbas destinam-se a investimentos em áreas como infra-estruturas educativas, criação de emprego, sustentabilidade energética e inclusão social.

Na região Norte ficarão agora por subscrever os Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) do Alto Minho, Tâmega e Sousa e Área Metropolitana do Porto (AMP), tendo os autarcas desta tecido duros

críticas ao Estado pelo que dizem ser uma falta de verbas comunitárias disponíveis.

Em comunicado, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), a quem compete a gestão de determinados fundos comunitários, explica que os PDCT são “promovidos por iniciativa das Entidades Intermunicipais e ancorados nas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT)” e implementados em todo o território do continente, com recurso ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI)”.

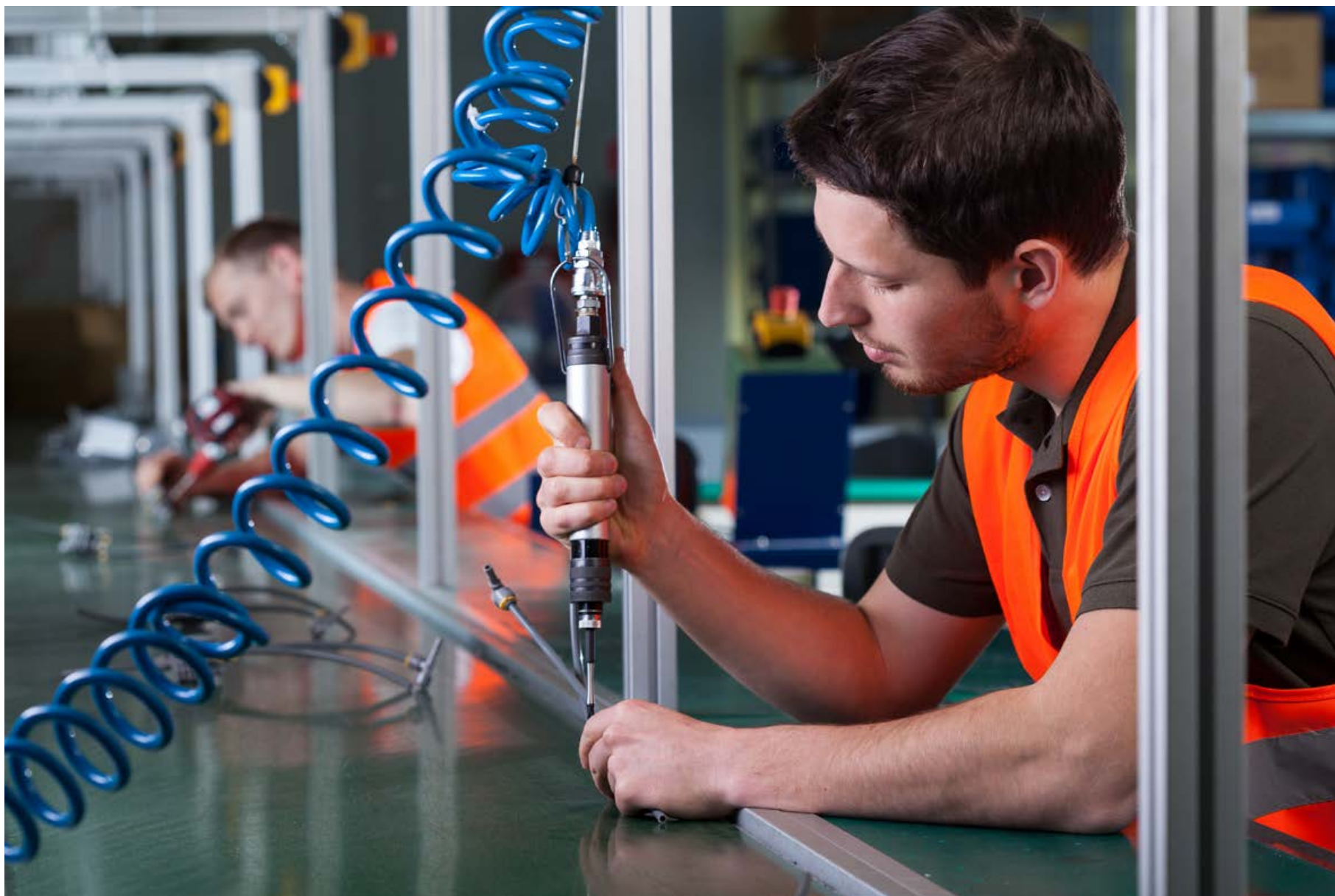
Acrescenta que “abrangem as intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da respectiva EIDT reconhecida, poden-

do integrar a participação de outros co-promotores associados”.

Para a concretização dos pactos de todo o país serão mobilizados cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, através da contribuição de programas operacionais regionais, POSEUR, POISE e Programa de Desenvolvimento Rural.

A sessão de assinatura dos cinco Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial decorreu no Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, e contou com a participação do ministro Poiares Maduro e do secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida.

Insolvências de empresas descem 18 por cento



No mês de Julho, registaram-se 627 empresas insolventes em Portugal, menos 18,3 por cento face ao número verificado em Junho, segundo um estudo divulgado pela consultora IGNIOS. De acordo com o "Observatório de Insolvências, Novas Constituições e Créditos Vencidos" referente a Julho, o resultado mensal verificado foi "o mais baixo deste ano, evidenciando uma compressão de 18,3 por cento face às 767 insolvências registadas no mês anterior, o qual havia sido o mais elevado em 2015". As insolvências em 2015 (de Janeiro a Julho) mantêm-se 2,9 por cento abaixo do número verificado em igual período

de 2013 (4.871 empresas). O aumento das insolvências no acumulado do ano teve sobretudo a ver com o crescimento nas declarações finais de insolvências (mais 14,4 por cento para 1.974 empresas), já que os pedidos de insolvência recuaram, quer nos requeridos pelos credores (menos 1,3 por cento para 1.466 empresas) quer nos solicitados pela própria empresa (menos 5,9 por cento para 1.219 empresas). As empresas de serviços que mais dependem da procura interna e das importações foram, uma vez mais, os principais alvos de insolvências, embora tenham registado uma diminuição nas empresas

insolventes, nomeadamente, nos sectores da construção, do comércio a retalho e do comércio a grosso, destaca o observatório. No acumulado do ano, o Porto observou um decréscimo de insolvências face a 2014 (12,6 por cento). O estudo indica ainda que, entre Janeiro e Julho de 2015, foram criadas 23.992 novas empresas em Portugal, mais 9,9 por cento do que em igual período do ano passado (21.826). Julho foi o mês menos dinâmico neste indicador, com 2.853 empresas constituídas, cerca de 10 por cento menos do que no mês anterior.

**PORTUGAL
À FRENTE**



Distrito do Porto

**CAMPANHA NACIONAL
DE INFORMAÇÃO**

10h30

No próximo sábado, a candidatura do Distrito do Porto da Coligação Portugal à Frente, vai percorrer a baixa portuense para esclarecer o eleitorado.

O ponto de encontro será em frente ao Café Majestic, na Rua Santa Catarina.

**AGENDA
5 SETEMBRO**

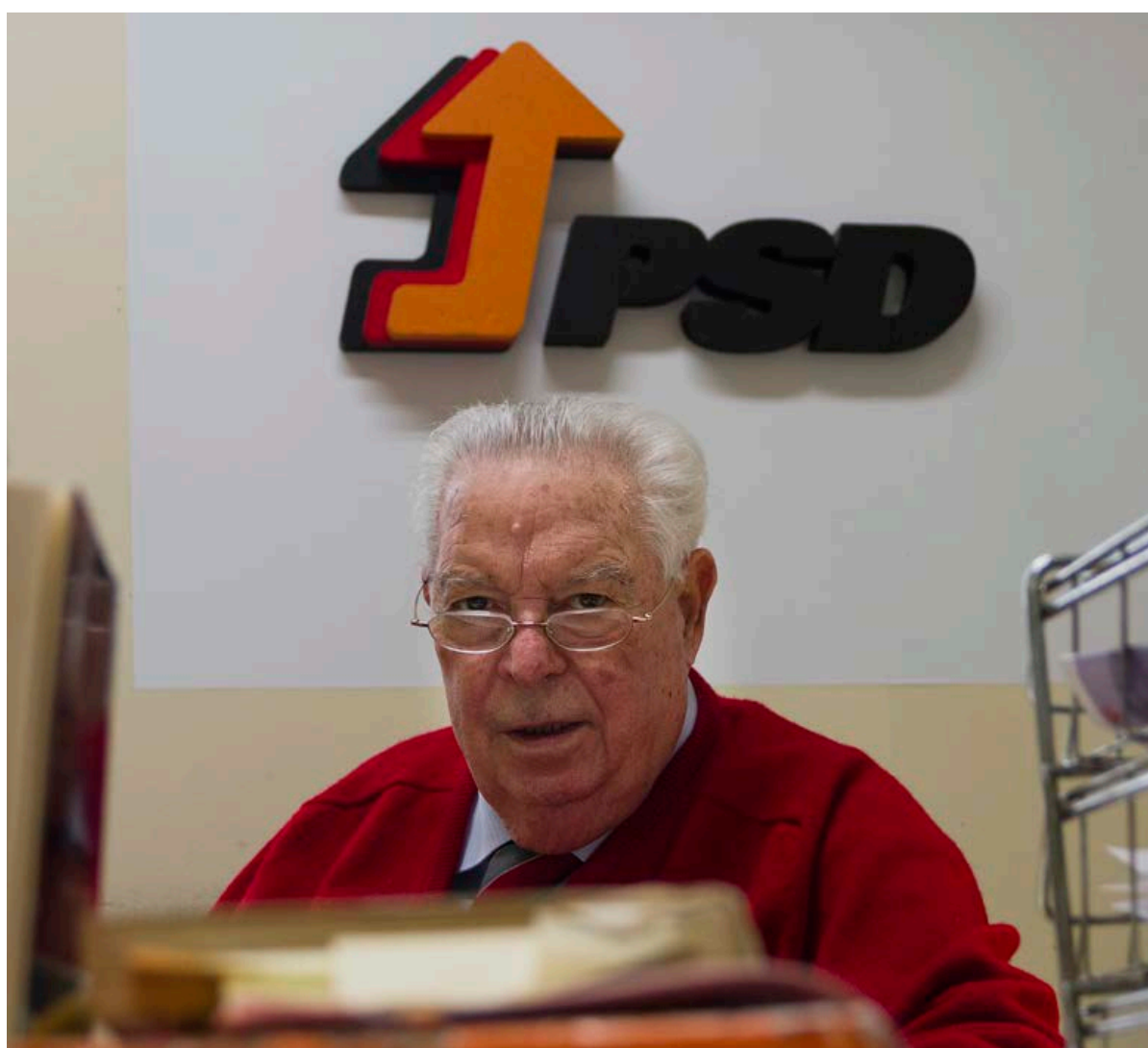
Manuel Martins (1942-2015)



Manuel Martins, que ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal de Vila Real durante duas décadas, faleceu no dia 11 de Agosto. Manuel do Nascimento Martins nasceu a 9 de Março de 1942 e foi o autarca que mais tempo esteve à frente da autarquia de Vila Real, ocupando o cargo durante cinco mandatos consecutivos, entre 1993 e 2013. Licenciado em Ciências Geológicas, foi professor do ensino secundário no Liceu Camilo Castelo Branco, tendo sido eleito pela primeira vez como vereador em Dezembro de 1979. Manuel Martins atingiu o limite de mandatos nas últimas eleições autárquicas, pelo que não se pode voltar a recandidatar. Numa entrevista à agência Lusa, o antigo autarca afirmou que a cidade de Vila Real “mudou completamente nas suas mãos” e entre as obras de “maior envergadura” que impulsionou encontram-se os museus de Arqueologia e Numismática e da Vila Velha, os bairros de habitação social, o parque de estacionamento subterrâneo, o conservatório regional de música, o arquivo e a biblioteca municipais, o parque Corgo e a introdução dos transportes públicos. A obra que disse que mais custou a concretizar foi o Teatro Municipal, que custou dois milhões de euros e cujo projecto foi inicialmente chumbado pelo Tribunal de Contas. No livro que lançou antes de deixar o município, “Vila Real duas décadas de poder local”, Manuel Martins afirmou que saiu da câmara com o “orgulho do dever cumprido” e destacou, sobretudo, “um grande amor” à sua terra natal. Em nota enviada à imprensa, a Câmara de Vila Real, liderada pelo socialista Rui Santos, manifestou o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel do Martins. “A Câmara Municipal quer, nesta hora de dor, recordar o cidadão, o ex-autarca, homenageando o seu legado e a figura humana, de exemplar sentido cívico, dedicada ao serviço dos outros e da causa pública com que sempre pautou a sua conduta”, refere o comunicado.

Luís Rodrigues (1935-2015)

Com profundo pesar regista o Partido Social Democrata o falecimento inesperado, no dia 31 de Julho de 2015, do nosso colega, colaborador e querido amigo Luís Rodrigues. Foi redactor do “Povo Livre” entre 2003 e 2014. O percurso do Luís Rodrigues cruza-se com a história do PSD, desde o momento da fundação, quando exercia as funções de redactor em Angola, acompanhando com zelo a realidade política portuguesa e ultramarina. O PSD, através do secretário-geral, apresentou à família enlutada e amigos próximos “as mais sentidas condolências.” “Luís Rodrigues foi um social-democrata de alma, que serviu com dedicação o Partido. Recordo a sua inteligência, sentido de humor e bom trato de personalidade. Era um exímio contador de estórias”, lê-se na nota emitida pelo secretário-geral. Luís Manuel de Vasconcelos Matias Rodrigues estudou no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, e interrompeu o 2.º ano do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Lisboa, para prestar Serviço Militar em Angola. Recebeu mais tarde formação em Marketing e Gestão para Executivos de Marketing, na Universidade de Witswaterand, na África do Sul. Em Luanda, começou a longa ligação ao jornalismo. Foi redactor principal, chefe de redacção e adjunto do jornal “A Província de Angola”; enviado especial de guerra ao Congo, Biafra, Katanga e Vietname; director do “Jornal do Congo”, no Uíge; correspondente da BBC (World Service) e BBC/TV, em Angola e na Zâmbia, entre 1972 e 1975; correspondente de guerra no interior de Angola (com a UNITA); colaborou com a “Newsweek” e o “Star”, de Joanesburgo. Regressou a Lisboa depois do 25 de Abril de 1974, e foi como “freelancer” da “Associated Press”, em Lisboa, que retomou o ofício de jornalista. Exerceu também as funções de director de marketing dos Laboratórios Delta, e foi assessor de Imprensa dos Presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Abecasis e Carmona Rodrigues. Foi ainda assessor do Grupo Parlamentar do PSD. O “Povo Livre” sentirá a falta do Luís Rodrigues.



Portugal tem de decidir se quer “seguir em frente”

A cabeça-de-lista do PSD/Açores à Assembleia da República considera que “a continuidade de um governo liderado por Passos Coelho é a única forma de Portugal continuar o caminho de retoma”, pois “só assim fazem sentido todos os sacrifícios que os portugueses e os açorianos tiveram de fazer nos últimos anos”. Segundo Berta Cabral, o país verifica “um crescimento económico há dois anos consecutivos, temos mais empresas, temos mais emprego, as exportações têm aumentado e o défice tem baixado consistentemente, o que mostra que o país está no bom caminho e em boas mãos”.

Para a candidata, que falava após visitar o Santa Bárbara Eco-Beach Resort, na ilha de São Miguel, “a escolha é simples, e as pessoas têm de saber se querem seguir em frente ou se querem andar para trás. E só com o PSD e com Pedro Passos Coelho será possível seguir o caminho de crescimento e sustentação económica que tem vindo a ser trilhado”, avançou. “Portugal não pode andar para trás, Portugal tem de ir sempre em frente, nesta nova fase de crescimento económico, que se regista no todo nacional e também com sinais já muito visíveis nos Açores”, defendeu Berta Cabral.



A candidata frisou que, “esse crescimento tem-se verificado na Região ao nível do Turismo, sobretudo depois da liberalização do espaço aéreo e da vinda para os Açores das companhias aéreas ‘low cost’, estando o sector a servir de motor para todos os outros da economia regional”.

“O crescimento económico nos Açores está a verificar-se a todos os níveis, como mostra a recente redução da taxa de desemprego, indicador que é igualmente visível em todo o país, onde a taxa de desemprego tem descido de forma sustentada”, referiu.

Berta Cabral explicou que “foi uma fase difícil até a ‘troika’ deixar o país, e há claramente um Portugal antes e depois da Troika, pelo que acreditamos que, com confiança e com estabilidade, será o PSD a continuar este trajecto de crescimento e de progresso”.

Relativamente a esta visita, Berta Cabral elogiou “um empreendimento de referência, diferenciador e importante para o crescimento económico que se pretende para os Açores”.

Menos burocracia para os emigrantes que pretendam investir



O presidente do PSD/Açores defende “menos burocracia nos processos ligados aos emigrantes que querem investir no Arquipélago. Quem vem da diáspora para investir nos Açores é quase torturado por burocracia”, afirmou. Duarte Freitas falava após uma reunião, em Ponta Delgada, com a direcção da Associação dos Emigrantes dos Açores, onde frisou que esse é “um dos dramas maiores para quem quer regressar e para quem quer investir nos Açores. São pessoas que estão habituadas a outro tipo de estruturas em termos políticos, sociais e económicos, onde a burocracia não é um entrave com esta dimensão”.

O líder social-democrata regional mostrou-se convicto “da valia que é haver muitos emigrantes que podem regressar à Região, face ao impacto muito grande que se proporcionará se houver uma aproximação mais estreita à Diáspora”.

Duarte Freitas mencionou ainda das referências feitas aos transportes aéreos, nomeadamente “perante um serviço prestado pela SATA Internacional que não é o que melhor serve os nossos emigrantes”.

Duarte Freitas destacou ainda “a base de dados que a AEA está a desenvolver na Diáspora, e que junta pessoas que estão ligadas ao mundo empresarial, à política, à cultura e à actividade social, que poderá ter um impacto bastante importante não só no seu relacionamento com os Açores, mas também entre a própria comunidade emigrante”, concluiu.

Protecção das agriculturas açorianas

O candidato do PSD/Açores à Assembleia da República, António Ventura, garantiu hoje continuar o trabalho “protecção das agriculturas dos Açores, no âmbito dos vários acordos comerciais internacionais existentes, de modo a proporcionar um leque de oportunidades, e não de obstáculos”. O social-democrata defende que “é útil e vantajoso conhecer o impacto desses futuros acordos comerciais da União Europeia (UE) para regiões ultraperiféricas como os Açores, já que a Europa possui uma agenda alargada de negociações comerciais unilaterais e bilaterais”, adiantou.

Falando após uma visita à Cooperativa Fruter, Ventura alertou para facto de “muitos desses acordos comerciais mostrarem uma tendência continuada de concessões sobre a Agricultura, para um maior acesso aos mercados de países terceiros, nomeadamente em produtos e serviços”.

E lembrou que o PSD/Açores já apresentou “duas iniciativas no parlamento regional, ambas aprovadas por unanimidade, para que a Comissão Europeia, em futuras negociações com esses países, preveja sempre estudos de impacto que incluam os Açores”, explicou.

Para o candidato, essa atitude negocial da UE provoca “uma crescente concorrência nos produtos agrícolas locais, sentida especialmente numa região como os Açores”, e deu o exemplo das negociações em curso com o MERCOSUL que, “caso avancem como estão, são uma ameaça à nossa bovinicultura de carne, pois as importações poderão, gradualmente, substituir a produção doméstica”.

Segundo disse, “essa realidade tem especial expressão nas ilhas onde há um crescente abandono humano e onde prevalece a actividade agrícola”.

Para António Ventura, “é preciso ter sempre presente que a produção agrícola ultrapassa, nos Açores, o mero factor económico, dada a sua importante dimensão social, conferida pela criação de emprego e fixação de pessoas, especialmente jovens”.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

TURISMO TERÁ DE SER GRANDE FONTE DE RENDIMENTO E VALORIZAÇÃO NACIONAL

O Primeiro-Ministro presidiu, no Pavilhão dos Congressos do Estoril, à assinatura, em cerimónia pública, do despacho de aplicação das verbas provenientes da concessão da zona de jogo naquela zona, em dezenas de projectos de interesse turístico nos Concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Mafra.

Na altura, Cavaco Silva fez a seguinte intervenção:

«Todos sabemos que Portugal tem condições excepcionais para o turismo, muitas das quais não foram ainda devidamente aproveitadas. A realidade existente representa apenas uma parcela limitada no conjunto do muito que pode ser ainda empreendido.

O Governo entende que o turismo deve ter importância relevante na política económica do País, a nível nacional e regional, porque

representa um sector chave no processo de desenvolvimento e progresso que tere-mos de levar a cabo.

A participação do turismo na formação do produto nacional é próxima da que provém da agricultura e pescas, bem como da que resulta da construção civil, sendo praticamente igual à do sector financeiro. O turismo contribui decisivamente para atenuar o nosso défice comercial e os dese-

quilíbrios regionais, dá trabalho a cerca de 150 000 portugueses, contribui de forma significativa para melhorar o nível de vida do nosso povo. Pela sua correcta implementação permitirá valorizar o nosso património natural e artístico.

A visita de turistas estrangeiros propicia o contacto com outras gentes, alarga horizontes e pode proporcionar uma mais ampla perspectiva do mundo. Se, por um lado, se torna importante que essa convivência variada se não traduza por redução da nossa personalidade nacional, que terá de ser cuida-



Cavaco Silva anuncia aplicação de verbas obtidas pela concessão da zona de jogo do Estoril

(Continua na página 4)

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS

1 — O Conselho de Ministros, hoje reunido, para além da tomada de importantes medidas de carácter social (Anexo), iniciou o trabalho da discussão do Orçamento do Estado para 1987, tendo constatado, após detalhada exposição do Ministro das Finanças, que o processo de elaboração do Orçamento decorre com toda a normalidade pelo que se reafirma a intenção do Governo de rigoroso cumprimento dos prazos legais, na apresentação à Assembleia da República da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 1987.

2 — Tendo o Conselho

Superior de Defesa Nacional definido em sua sessão de ontem, as «MISSÕES ESPECÍFICAS» das Forças Armadas e o «SISTEMA DE FORÇAS», verifica-se que estão cumpridos todos os pressupostos legais que, nos termos da Lei Quadro das Leis de Programação Militar, condicionam o processo de elaboração destas Leis.

Nesta conformidade e sem demoras, o Conselho de Ministros, hoje reunido, definiu a orientação indispensável para que, de imediato, os Chefes do Estado Maior procedam à elaboração dos ante-projectos de

Leis de Programação Militar.

3 — Com vista a harmonizar a legislação nacional às normas comunitárias, como decorrência do acto de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o Conselho de Ministros aprovou um diploma legal que passa a consagrar no nosso País o regime de isenções fiscais aplicáveis à importação de mercadorias que respeitam a pequenas remessas com carácter comercial e provenientes de terceiros países.

4 — A necessidade sentida de ampliar as atribuições do gabinete do Norte

Ferroviário sobre o Rio Douro, estendendo-as de uma mera construção da nova Ponte propriamente dita para toda a execução do nó ferroviário do Porto — o que inclui os troços ferroviários entre as estações de Vila Nova de Gaia-Porto/Campanhã-Porto, Campanhã-Porto/S. Bento e Porto-Campanhã/Contumil — obriga, pela elevada dimensão do empreendimento global, a encontrar uma estrutura operacional, eficaz e adequada a dar resposta às exigências da obra em curso.

Neste sentido, o Conselho de Ministros aprovou um outro diploma legal

que cria, em substituição do anterior, o Gabinete do Nó Ferroviário do Porto, com sede junto às obras, no Porto e em Vila Nova de Gaia, com maiores atribuições, maior autonomia de decisão e com uma estrutura descentralizada.

5 — O conselho de Ministros resolveu ainda atribuir indemnizações de 1200 contos à viúva e filhos de cada um dos três guardas assassinados aquando da evasão do estabelecimento prisional de Pinheiro da Cruz.

Cada uma das viúvas terá ainda direito a uma pensão vitalícia de 25 000\$ mensais, periodicamente

actualizável, e cada um dos filhos uma pensão de 10 000\$ mensais até atingirem a idade de 21 anos.

O Governo resolveu ainda atribuir uma indemnização de 600 contos ao guarda prisional gravemente ferido.

A concessão destas indemnizações não prejudicará o direito dos lesados ao recebimento de quaisquer outras pensões, abonos, subsídios ou prestações assistenciais — como é o caso das pensões de sangue ou de indemnização por acidente de serviço.

Presidência do Conselho de Ministros, 2 de Setembro de 1986

QUEREMOS APENAS TRABALHAR PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DO PAÍS

• Intervenção na íntegra de Cavaco Silva na Festa do PSD, no Pontal em Faro, na pág. 3



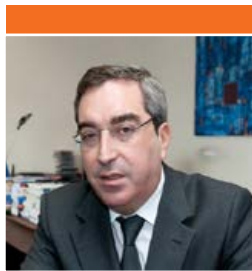
III Conselho Nacional/86

CONVOCATÓRIA

AO abrigo do disposto do artigo 19º dos Estatutos, convoca-se o Conselho Nacional para reunir no dia 13 de Setembro às 15 horas no Hotel Altis em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

— Análise da situação política.



Cidades do Futuro

Jaime Quesado (*)

Foi lançado o Projecto Smart Cities Portugal. Mobilizando competências estratégicas associadas a áreas críticas como a Mobilidade, Tecnologias e Informação, Energia e Habitat, o SMART CITIES PORTUGAL é a resposta certa no tempo adequado – dinamizar uma Rede de Cidades Inteligentes, onde a base competitiva seja a plataforma central para uma qualidade de vida mais integrada e participada por empresas e cidadãos. Na linha das opções europeias, o nosso país dá uma resposta ao futuro e mostra que, apesar da crise, ainda é possível crescer. Crescer com Valor e numa base de Redes Globais centradas na Inovação.

Numa Europa das Cidades e Regiões, onde a aposta na inovação e conhecimento se configura como a grande plataforma de aumento da competitividade à escala global, os números sobre a coesão territorial e social traduzem uma evolução completamente distinta do paradigma desejado. A excessiva concentração de activos empresariais e de talentos nas grandes metrópoles, como é o caso da Grande Lisboa, uma aterradora desertificação das zonas mais interiores, na maioria dos casos divergentes nos indicadores acumulados de capital social básico, suscitam muitas questões quanto à verdadeira dimensão estruturante de muitas das apostas feitas em matéria de investimentos destinados a corrigir esta “dualidade” de desenvolvimento do país ao longo dos últimos anos.

Apesar da relativa reduzida dimensão do país, não restam dúvidas de que a aposta numa política integrada e sistemática de Cidades Médias, tendo por base o paradigma da inovação e do conhecimento, com conciliação operativa entre a fixação de estruturas empresariais criadoras de riqueza e talentos humanos indutores de criatividade, é o único caminho possível para controlar este fenómeno da metropolização da capital que parece não ter fim. O papel das Universidades e Institutos Politécnicos que nos últimos 20 anos foram responsáveis pela animação de uma importante parte das cidades do interior, com o aumento da população permanente e a aposta em novos factores de afirmação local, está esgotado e tem que ser reinventado.

Desta forma, o compromisso entre aposta, através da Ciência, Inovação e Tecnologia, em Competitividade Estruturante na Criação de Valor Empresarial, e atenção especial à Coesão Social, do ponto de vista de equidade e justiça, é o grande desafio a não perder. A Inteligência Competitiva tem nesta matéria um papel muito especial a desempenhar e numa época onde se assiste à crescente metropolização do país em torno do Porto e Lisboa, a aposta em novos projectos estratégicos como o Smart Cities Portugal vem na hora certa. Permite mostrar que o triângulo estratégico (autarquias, universidades e empresas) está a construir verdadeiras soluções estratégicas de futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Setembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Mercure – Braga, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Legislativas 2015 e análise da situação política

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 11 de Setembro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h15, na sede (Quinchoso – Cabeceiras de Basto), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Marco de Canaveses, para reu-

nir no próximo dia 11 de Setembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita no Largo Sacadura Cabral, nº 10 (em frente à Câmara Municipal), com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Eleições legislativas 2015

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Pombal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 07 de Setembro de 2015 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Dr. Luís Torres, nº 4 2º, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior
- 2 – Informações da Comissão Política de Secção
- 3 – Balança da legislatura 2011 – 2015 e preparação das eleições legislativas 2015
- 4 – Outros assuntos

S.PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de S. Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 12 de Setembro de 2015 (sábado), pelas 21h00 no Auditório do Hotel do Parque – Termas – S. Pedro do Sul, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Legislativas 2015
- 3 - Outros assuntos

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 04 de Setembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Outros assuntos



ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 19 de setembro de 2015, pelas 18h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Eleições legislativas 2015;
- 3 - Dia da J;
- 4 - Outros assuntos.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Fundão, para reunir, no dia 17 de Outubro, sábado, pelas 15h00, na sede da JSD Fundão, sita Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores, lote 10, RC, 6230 Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único:

- Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário Concelhio da JSD Fundão

Notas: As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

As Listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 12 de Setembro, sábado, pelas 19 horas, na Sede do PSD da Lourinhã, sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Preparação da campanha para as Eleições Legislativas 2015;
- 2 - Discussão da situação política local, regional e nacional;
- 3 - Outros assuntos de interesse.